

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

GRUPO DE TRABALHO DE FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA
PÚBLICA – 2019**

Belo Horizonte

2020

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 25/08/20
Hora: 10:42:08
Reg. Com - 1267/17



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	DIAGNÓSTICO	3
3	AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OPERACIONAL	10
3.1	Operacionalização dos Serviços de Segurança (109).....	15
3.1.1	Ação “Gestão da Política de Segurança e Prevenção”	16
3.1.2	Ação “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH”	17
3.1.3	Ação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”	18
3.1.3.1	Subação “Operacionalização da Guarda Municipal”	19
3.1.3.2	Subações “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH” e “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito”	21
3.1.3.3	Subações: “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde” e “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação”	22
3.1.3.4	Subação “Equipamentos de Proteção e Segurança”	23
3.1.3.5	Subações: “Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, “Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte” e “Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos”	24
3.2	Prevenção Social à Criminalidade (242)	24
3.2.1	Subação “Prevenção à Violência nos Territórios”	25
3.2.2	Subação “Prevenção à Criminalidade Juvenil”	26
3.2.3	Subação “Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas”	26
3.2.4	Subação “Prevenção à violência contra negros e indígenas”	27
3.3	Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	27
3.3.1	Ação Gestão Integrada do COP – BH	28
3.3.1.1	Subação “Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP”	28
3.3.1.2	Subação “Implantação de Soluções Tecnológicas”	29



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.3.1.3	Subação "Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas"	29
3.3.1.4	Subação "Desenvolvimento; Implementação de Protocolos de Atuação Integrada"	29
3.3.2	Ação Videomonitoramento	30
3.3.2.1	Subação "Manutenção de Pontos de Videomonitoramento"	30
3.4	Serviços de Iluminação Pública (84)	31
3.4.1.1	Subação "Controle das Operações de Iluminação Pública"	31
3.4.1.2	Subação "Modernização e Ampliação da Rede de Iluminação Pública" ..	32
3.4.1.3	Subação "Adequação da Rede de Iluminação Pública"	32
4	ENCAMINHAMENTOS AO PODER EXECUTIVO	33



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1 INTRODUÇÃO

Em 2017, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do inciso II do art. 48 do Regimento Interno instituiu, por meio do Requerimento de Comissão nº 1.267/17, o Grupo de Trabalho de Fiscalização Orçamentária da Segurança Pública em Belo Horizonte para acompanhar, de forma constante e estruturada, os Programas relacionados à área de Segurança e seus respectivos informes divulgados quadrimestralmente pelo Poder Executivo na prestação de contas do município.

Vale destacar a importância desse trabalho no processo de planejamento e de execução das políticas de governo. Qualquer seja o nível federativo em questão, havendo um Poder Legislativo que monitora, acompanha e participa ativamente do processo de elaboração e acompanhamento das políticas públicas, a sociedade usufruirá de melhores serviços e consequentemente de uma melhor qualidade de vida.

Isso porque, na perspectiva do Executivo, os gestores públicos terão maior responsabilidade ao planejar suas ações e seus respectivos gastos, bem como estarão suscetíveis a um maior controle e feedback a respeito da qualidade e da efetividade de suas ações. Pelo lado do Legislativo, o exercício da função fiscalizatória amplia o ambiente democrático e a participação da população na formulação e execução das políticas públicas do município, elevando o nível de cidadania da sociedade.

Assim, por meio de iniciativas como a elaboração do presente relatório, espera-se que o município construa políticas públicas cada vez melhores, uma vez que durante a sua implementação elas serão acompanhadas e avaliadas, num processo de aperfeiçoamento contínuo para que novas políticas, ou a continuação das atuais, sejam mais efetivas e deem um maior retorno aos contribuintes.

A iniciativa se propõe, portanto, a examinar se a atividade governamental atendeu à finalidade pública, à legislação e aos princípios básicos aplicáveis à administração pública. Os Relatórios do Monitoramento da Política de Segurança Pública foram apresentados para os exercícios de 2017 e 2018, os quais estão disponíveis no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Belo Horizonte atrelados ao Requerimento de Comissão nº 1.267/17. No tópico 4 (quatro) da tramitação da proposição é possível acessar o Relatório de 2017, enquanto o tópico 5 (cinco) traz o Relatório de 2018.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O empenho do Grupo de Trabalho prosseguiu para o exercício de 2019, remodelando e aperfeiçoando a metodologia utilizada em 2017:

Metodologia de 2017	Metodologia de 2018 e 2019
1. Diagnóstico	1. Diagnóstico
2. Auditoria de Conformidade	2. Auditoria de Conformidade e Operacional
3. Auditoria Operacional	
4. Resultados	3. Encaminhamentos para a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

O Grupo de Trabalho estruturou, a partir do relatório do exercício de 2018, a Auditoria de Conformidade e a Auditoria Operacional em um único tópico, pois percebeu-se que os temas estão intrincados e a análise conjunta produz resultados mais abrangentes se comparados à abordagem segmentada. O tópico Resultados foi remodelado e substituído por Encaminhamentos para a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, objetivando apresentar propostas concretas ao Poder Executivo para aprimorar os mecanismos de planejamento governamental, os níveis de informações divulgadas na prestação de contas da Prefeitura e a prestação de serviços no âmbito da Segurança Pública Municipal. Desta forma, o Legislativo contribui para otimizar o gasto de recursos públicos e aperfeiçoar a função fiscalizatória pertinente à atividade da vereança, que deve avaliar permanentemente a gestão e as ações do Prefeito.

O presente relatório encontra-se organizado da seguinte forma. Primeiro segue a presente introdução. Em uma segunda seção, encontra-se o diagnóstico, que apresenta preliminarmente os programas e uma visão geral dos resultados da política de Segurança Pública ao longo do ano de 2019. Na terceira seção são trazidas informações sobre a auditoria de conformidade e operacional, na qual são avaliados os principais resultados das políticas públicas de Segurança, bem como eventuais informações, esclarecimentos e incongruências observados ao longo do processo de análise dos relatórios públicos disponibilizados. Por fim, o quarto e último capítulo elenca os encaminhamentos, frutos da análise aqui apresentada, a serem encaminhados ao Executivo Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2 DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico é o estágio que delimita os Programas objeto de análise do Grupo de Trabalho. Assim como em 2018, foram selecionados todos os Programas cuja unidade orçamentária coube à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e o Programa Serviços de Iluminação Pública (84), o qual, embora seja executado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, é de suma importância para o desempenho das políticas de Segurança Pública. É de amplo conhecimento que Belo Horizonte, historicamente, é mais perigosa nas áreas menos iluminadas. O mapeamento de Zonas Quentes de criminalidade do município coincide com regiões de iluminação precária. Dessa forma, a iluminação adequada e criteriosa dos logradouros públicos melhora a visibilidade, inibe a prática de crimes que atentam contra os munícipes e o patrimônio público e, por conseguinte, está atrelada aos resultados da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.

A manutenção do critério de seleção dos Programas para o escopo do trabalho em 2019 evidenciou alterações no planejamento no âmbito de todos os Programas selecionados. A comparação entre os Programas analisados em 2018 e 2019 (Quadro 1) apresenta os Programas, Ações e Subações do PPAG 2018-2021 em 2018 contrastados com aqueles contidos na revisão de 2019 dispostos para possibilitar a equiparação nos três níveis de planejamento. As Subações sem destaques não sofreram alterações.

O destaque em azul indica a continuidade do item pela semelhança da nomenclatura. No Projeto de Lei 661/2018 o Executivo não apresentou justificativa para a mudança de nomenclatura das Subações "Equipamento de Proteção e Segurança", "Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas" e "Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada". A Subação "Mediação de Conflitos e Prevenção à Violência" foi alterada para promover adequações à política de prevenção, enquanto a Subação "Prevenção à Violência nos Territórios" expande a atuação da política de prevenção, uma vez que ela ocorre no território, sendo a escola o ponto de partida para a atuação que não se limita a esse espaço.

O destaque em vermelho revela as Subações que foram excluídas do PPAG 2019, como é o caso da "Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais" e "Implantação de Videomonitoramento na Cidade". A Prefeitura não apresentou explicações para a descontinuidade da "Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Equipamentos Municipais", a qual foi criada para instalar equipamentos de monitoramento eletrônico e imagens em 120 equipamentos públicos municipais, os quais foram selecionados por apresentarem a maior quantidade de crimes registrados em seus domínios, conforme os Boletins de Intervenção da Guarda Municipal de Belo Horizonte. Em resposta ao Requerimento 864/2018 a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção havia elencado 50 (cinquenta) escolas municipais, 50 (cinquenta) unidades de saúde municipais e 20 (vinte) unidades de assistência social municipais. A ausência de justificativa se estende para a Subação "Implantação de Videomonitoramento na Cidade", para qual o Executivo não apresentou um plano de ação paralelo para concluir a implantação dos 185 pontos de videomonitoramento estabelecidos como meta física.

O destaque em verde sinaliza as Subações adicionadas ao PPAG 2019. A Subação "Prevenção à violência contra negros e indígenas" foi inserida na Ação "Ações de Prevenção Social à Criminalidade (2881)", a qual compõe o Programa "Prevenção Social à Criminalidade (242)", enquanto a Subação "Adequação da Rede de Iluminação Pública" foi inserida na Ação "Controle das Operações de Iluminação Pública" pertencente ao Programa "Serviços de Iluminação Pública (84)" com o objetivo de permitir a transparência dos valores executados para os serviços referentes à iluminação pública.

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS ANALISADOS EM 2018 E 2019 (continua)

PPAG 2018			PPAG 2019		
PROGRAMA	AÇÕES	SUBAÇÕES	PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO
Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção (2802)	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Gestão da Política de Segurança e Prevenção (2802)	Implantação da Política de Segurança e Prevenção
	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2803)	Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH		Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2803)	Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH
		Operacionalização da Guarda Municipal de BH			Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte
		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito			Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação			Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação
		Operações Especiais da GMBH			Operações Especiais da GMBH
		Equipamentos de Proteção Individual			Equipamento de Proteção e Segurança



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS ANALISADOS EM 2018 E 2019
(continuação)

PPAG 2018			PPAG 2019		
PROGRAMA	AÇÕES	SUBAÇÕES	PROGRAMA	AÇÕES	SUBAÇÕES
Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2803)	Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de BH	Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2803)	Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de BH
		Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos			Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos
	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH (2791)	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH		Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH (2791)	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH (2897)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH (2897)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP
		Implantação de Soluções Tecnológicas			Implantação de Soluções Tecnológicas
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada			Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas			Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada
	Videomonitoramento (1334)	Instalação de Circuito Interno de Televisão - CCTV em Equipamentos Municipais		Videomonitoramento (1334)	Manutenção de Pontos de Videomonitoramento
		Implantação de Videomonitoramento na Cidade			
		Manutenção de Pontos de Videomonitoramento			
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade (2881)	Prevenção à Criminalidade Juvenil	Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade (2881)	Prevenção à Criminalidade Juvenil
		Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas			Mediação de Conflitos e Prevenção à Violência
		Prevenção à Violência nas Escolas			Prevenção à Violência nos Territórios
					Prevenção à violência contra negros e indígenas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS ANALISADOS EM 2018 E 2019 (conclusão)

PPAG 2018			PPAG 2019		
PROGRAMA	AÇÕES	SUBAÇÕES	PROGRAMA	AÇÕES	SUBAÇÕES
Serviços de Iluminação Pública (84)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública	Serviços de Iluminação Pública (84)	Controle das Operações de Iluminação Pública	Controle das Operações de Iluminação Pública
		Ampliação de Redes de Iluminação Pública			Modernização e Ampliação da Rede de Iluminação Pública
					Adequação da Rede de Iluminação Pública

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.

O diagnóstico finaliza com a definição do escopo de fiscalização da execução do orçamento em 2019 com a seleção dos seguintes Programas:

(109) Operacionalização dos serviços de segurança;

(242) Prevenção Social à Criminalidade;

(084) Serviços de Iluminação Pública;

(302) Belo Horizonte Cidade Inteligente.

A análise comparativa da previsão orçamentária dos exercícios de 2018 e 2019 denota aumento de 14% (catorze por cento) para “Operacionalização dos serviços de segurança” (109), a manutenção do valor planejado para “Belo Horizonte Cidade Inteligente” (302), e um aumento em de mais de sete vezes para o orçamento do Programa “Prevenção Social à Criminalidade” (242). O programa “Serviços de Iluminação Pública” apresentou um decréscimo de 14% (catorze por cento), conforme ilustra a Tabela I.

TABELA 1 – ANÁLISE COMPARATIVA DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E 2019

Programa	2018 (R\$)	2019 (R\$)	Variação percentual em 2019
Programa 109 - Operacionalização dos Serviços de Segurança	169.841.636,00	R\$ 194.391.501,00	14,00%
Programa 302 - Belo Horizonte Cidade Inteligente	R\$ 2.713.924,00	R\$ 2.745.949,00	-
Programa 242 - Prevenção Social à Criminalidade	R\$ 368.000,00	R\$ 1.889.820,00	513,54%
Programa 84 - Serviços de Iluminação Pública	R\$ 97.037.500	R\$ 83.872.691,00	-14,00%

Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise, percebeu-se que a discrepância entre os valores estimados para cada Programa decorre da concentração do Gasto com Pessoal no Programa 109.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Os Programas definidos pelo diagnóstico deram origem à elaboração do Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública – 2019 (Quadro 2), que elenca os Programas, suas respectivas Ações e Subações, meta física e a previsão orçamentária.

QUADRO 2 – MAPA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2019 (continua)

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2019			META FÍSICA		ORÇAMENTO
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PREVISTA	PRODUTO	PREVISTO (R\$)
Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2803)	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	120.000	Patrulhamento preventivo realizado	149.718.425,00
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	Indisponível	Meta Administrativa	17.082.300,00
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	Indisponível	Meta Administrativa	15.107.300,00
		Equipamento de Proteção e Segurança	2.072	Equipamento adquirido	2.220.887,00
		Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte	101	Atividade realizada	33.000,00
		Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	432	Criança / adolescente atendido	5.000,00
		Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	Evento realizado	2.000,00
		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	553	Ordem de serviço de fiscalização de via pública	Indisponível
		Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	700	Ordem de serviço executada	Indisponível
	Gestão da Política de Segurança e Prevenção (2802)	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Indisponível	Meta Administrativa	9.222.589,00
	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH (2791)	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	Servidor capacitado	1.000.000,00
Total do Programa Operacionalização dos serviços de segurança (109)					194.391.501,00
Serviços de Iluminação Pública (084)	Controle das Operações de Iluminação Pública (2035)	Controle das Operações de Iluminação Pública	180.000	Unidade de Iluminação Pública Disponível	47.085.191,00
		Modernização e Ampliação da Rede de Iluminação Pública	72.000	Unidade de iluminação pública modernizado / ampliado	35.758.200,00
		Adequação da Rede de Iluminação Pública	50	Unidade de Iluminação Pública Adequado	1.029.300,00
Total do Programa Serviços de Iluminação Pública (84)					83.872.691,00
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP-BH (2897)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	Indisponível	Meta Administrativa	2.487.889,00
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	Solução implantada	242.000,00
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	18	Território monitorado	15.000,00
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	Simulado realizado	Indisponível



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**QUADRO 2 – MAPA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA
PÚBLICA - 2019 (conclusão)**

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2019			META FÍSICA		ORÇAMENTO
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PREVISTA	PRODUTO	PREVISTO (R\$)
Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Videomonitoramento (1334)	Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	Equipamento mantido	1.060,00
Total do Programa Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)					2.745.949,00
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade (2881)	Prevenção à Violência nos Territórios	10	Território atendido	1.321.000,00
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	Programa implantado	347.820,00
		Mediação de Conflitos e Prevenção à Violência	9	Projeto implantado	121.000,00
		Prevenção à violência contra negros e indígenas	5	Redução dos crimes de intolerância racial em relação ao ano base de 2018	100.000,00
Total do Programa Prevenção Social à Criminalidade (242)					1.889.820,00
Previsão orçamentária total dos Programas da Política de Segurança Pública					282.899.961,00

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.

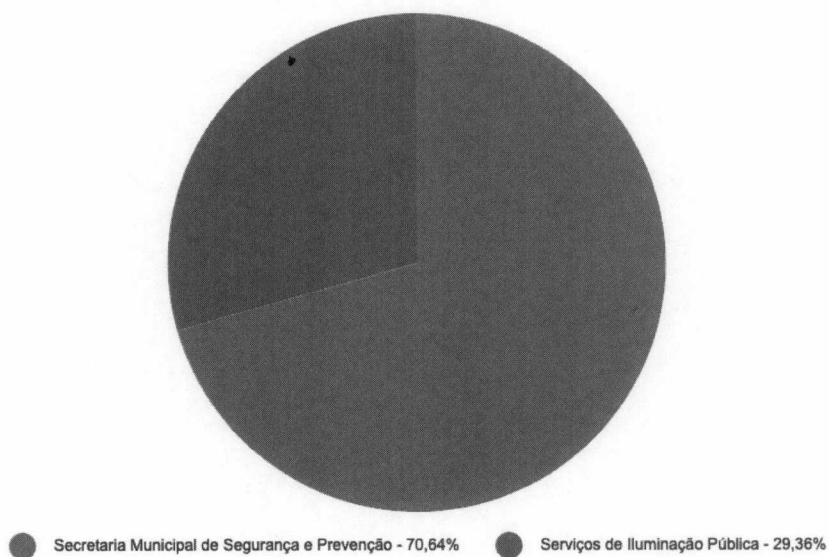
O orçamento previsto para atender aos quatro Programas totaliza R\$ 282.899.961,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e um reais) montante correspondente a, aproximadamente, 2% (dois por cento) da previsão orçamentária global do município, sendo cerca de 5% (cinco por cento) superior à previsão do ano anterior, quando a quantia prevista foi R\$ 269.961.060,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e sessenta e um mil e sessenta reais).

Coube à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção a execução de R\$ 199.027.270,00 (cento e noventa e nove milhões, vinte e sete mil e duzentos e setenta reais) correspondente a cerca de 70% (setenta por cento) do orçamento total, enquanto R\$ 83.872.691,00 (oitenta e três milhões, oitocentos e setenta dois mil, seiscentos e noventa e um reais) equivalente a, aproximadamente, 30% (trinta por cento), foram alocados para o Programa Serviços de Iluminação Pública (84) (gráfico 2).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA



Fonte: Elaboração própria.

O orçamento previsto é distribuído por 23 (vinte e três) Subações. Cada uma delas foi objeto de análise do Grupo de Trabalho de Fiscalização Orçamentária da Segurança Pública e serão detalhadas no próximo capítulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3 AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OPERACIONAL

A Auditoria de Conformidade sucedeu a fase de Diagnóstico, expressando a investigação da execução orçamentária em confronto ao preconizado pela Prefeitura em seu planejamento. Ao longo do ano o Executivo despendeu o recurso orçado e, quadrimestralmente, publicou em seu site o montante utilizado e as metas físicas atingidas. A partir de tais informações o Grupo de Trabalho elaborou o Mapa de Monitoramento Final (Quadro III) para a realização da Auditoria de Conformidade, que abarcou o exame sistemático das execuções de metas físicas e orçamentárias, previstas e realizadas, verificando sua congruência ao longo do ano.

A Auditoria Operacional, motivada pelos resultados da Auditoria de Conformidade, materializou seus questionamentos por meio de Requerimentos de Comissão expedidos pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Os Requerimentos cobraram do Executivo as três premissas básicas da fiscalização legislativa:

1. Transparência na forma como o recurso é despendido;
2. Clareza tanto na medição dos resultados quanto das ações executadas;
3. Qualidade do gasto.

Para esclarecimentos a respeito dos resultados dos relatórios da Prefeitura bem como outros questionamentos diversos a respeito das políticas de Segurança Pública do município, foram encaminhados à PBH os requerimentos/documentos que constam no Quadro 3, com seus respectivos assuntos.

QUADRO 3 – REQUERIMENTOS DE COMISSÃO E SEUS PROGRAMAS (continua)

REQUERIMENTO DE COMISSÃO	ASSUNTO
Requerimento de Comissão - 741/2019	Obter informações sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município no 1º quadrimestre de 2019.
Requerimento de Comissão - 809/2019	Obter informações sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município no 1º quadrimestre de 2019 referentes ao programa Prevenção Social à Criminalidade.
Requerimento de Comissão - 199/2020	Obter informações sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município no 3º quadrimestre de 2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 3 – REQUERIMENTOS DE COMISSÃO E SEUS PROGRAMAS (conclusão)

REQUERIMENTO DE COMISSÃO	ASSUNTO
Requerimento de Comissão - 1376/2019	Obter informações sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município no 2º quadrimestre de 2019.
Requerimento de Comissão - 886/2019	Obter informações sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública do Município e do Programa Serviços de Iluminação Pública no 1º quadrimestre de 2019.
Requerimento de Comissão - 810/2019	Obter informações sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município no 1º quadrimestre de 2019 referentes ao Programa Belo Horizonte Cidade Inteligente.
Requerimento de Comissão - 327/2020	Questionamentos relativos à prestação de contas do 3º quadrimestre de 2019 dos Programas "Belo Horizonte Cidade Inteligente" (Programa 302) e Prevenção Social à Criminalidade (Programa 242) do PPAG 2018-2021 no município de Belo Horizonte.
Requerimento de Comissão - 447/2020	Requer seja encaminhado pedido de informação sobre a execução orçamentária e as diretrizes de atuação no âmbito da Segurança Pública no Município no 1º quadrimestre de 2020

O Grupo de Trabalho utilizou o valor liquidado apresentado na prestação de contas da Prefeitura como referência para a execução orçamentária total no exercício de 2019.

O Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública Final – 2019 aponta a execução de cerca de R\$ 262.000.000,00 (duzentos e sessenta e dois milhões de reais), sendo R\$ 192.000.000,00 (cento e noventa e dois milhões de reais) pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, ou seja, 73% (setenta e três por cento) do orçamento, enquanto os Serviços de Iluminação Pública (84) consumiram 27% (vinte e sete por cento), correspondentes a R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). O gasto corresponde a 93% (noventa e três por cento) do valor previsto, mesmo percentual observado em 2018.

A análise quadrimestral dos Demonstrativos da Execução de Metas Fiscais e do Relatório Analítico da Execução Orçamentária revelou, assim como diagnosticado em 2017 e 2018, a existência de metas genéricas que inviabilizam a mensuração da eficiência, entendida como a responsabilidade de assegurar a utilização máxima dos recursos para poder atingir determinado nível de resultado ou serviço; e efetividade, compreendida como a capacidade de produzir resultados com efeitos reais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

As Metas Administrativas denotam que a Prefeitura, na verdade, não possui meta tangível, indicando a fragilidade de sua construção. Desta forma, 30% (trinta por cento) do orçamento executado distribuídos por sete Subações (Quadro 4) não puderam ser contrastados com o atingimento de objetivos previamente estabelecidos.

QUADRO 4 – MAPA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA FINAL 2019 (continua)

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2019			META FÍSICA		ORÇAMENTO
PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	PREVISTA	PRODUTO	PREVISTO
Operacionalização dos serviços de segurança (109)	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte (2803)	Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte	20.000	Patrulhamento preventivo realizado	149.718.425,00
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	Indisponível	Meta Administrativa	17.082.300,00
		Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	Indisponível	Meta Administrativa	15.107.300,00
		Equipamento de Proteção e Segurança	2.072	Equipamento adquirido	2.220.887,00
		Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte	101	Atividade realizada	33.000,00
		Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	432	Criança / adolescente atendido	5.000,00
		Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos	130	Evento realizado	2.000,00
		Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	553	Ordem de serviço de fiscalização de via pública	Indisponível
		Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	700	Ordem de serviço executada	Indisponível
	Gestão da Política de Segurança e Prevenção (2802)	Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Indisponível	Meta Administrativa	9.222.589,00
	Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional na GMBH (2791)	Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH	2.072	Servidor capacitado	1.000.000,00
		Total do Programa Operacionalização dos serviços de segurança (109)			194.391.501,00
Serviços de Iluminação Pública (084)	Controle das Operações de Iluminação Pública (2035)	Controle das Operações de Iluminação Pública	180.000	Unidade de Iluminação Pública Disponível	47.085.191,00
		Modernização e Ampliação da Rede de Iluminação Pública	72.000	Unidade de iluminação pública modernizado / ampliado	35.758.200,00
		Adequação da Rede de Iluminação Pública	50	Unidade de Iluminação Pública Adequado	1.029.300,00
		Total do Programa Serviços de Iluminação Pública (84)			83.872.691,00



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

QUADRO 4 – MAPA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA FINAL 2019 (conclusão)

Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)	Gestão Integrada do COP- BH (2897)	Gerenciamento do Centro de Operações do Município - COP	Indisponível	Meta Administrativa	2.487.889,00
		Implantação de Soluções Tecnológicas	4	Solução implantada	242.000,00
		Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas	18	Território monitorado	15.000,00
		Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada	4	Simulado realizado	Indisponível
	Videomonitoramento (1334)	Manutenção de Pontos de Videomonitoramento	336	Equipamento mantido	1.060,00
		Total do Programa Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)			2.745.949,00
Prevenção Social à Criminalidade (242)	Ações de Prevenção Social à Criminalidade (2881)	Prevenção à Violência nos Territórios	0	Território atendido	1.321.000,00
		Prevenção à Criminalidade Juvenil	9	Programa implantado	347.820,00
		Mediação de Conflitos e Prevenção à Violência	9	Projeto implantado	121.000,00
		Prevenção à violência contra negros e indígenas	5	Redução dos crimes de intolerância racial em relação ao ano base de 2018	100.000,00
		Total do Programa Prevenção Social à Criminalidade (242)			1.889.820,00
Previsão orçamentária total dos Programas da Política de Segurança Pública					282.899.961,00

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho.

A Prefeitura não estabeleceu o custo das Subações “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito” e “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH” e não previu nenhum recurso orçamentário para elas, conforme pode ser observado no quadro 5.

QUADRO 5 – SUBAÇÕES COM FALHAS CRÍTICAS DE PLANEJAMENTO

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2019	META FÍSICA	ORÇAMENTO
SUBAÇÕES	%	%
Implantação da Política de Segurança e Prevenção	Meta Administrativa	83%
Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito	Via atendida	Indisponível
Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde	Meta Administrativa	102%
Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação	Meta Administrativa	105%
Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH	Ordem de serviço executada	Indisponível
Controle das Operações de Iluminação Pública	Meta Administrativa	78,85%
Ampliação de Redes de Iluminação Pública	Meta Administrativa	100,38%

Fonte: Elaboração própria.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Além dos pontos supracitados, o Mapa de Monitoramento da Política de Segurança Pública Final – 2019 apresenta faróis de conformidade: o farol verde corresponde à execução acima de 80% do planejado, o amarelo aponta alcance entre 40% e 80%, enquanto o vermelho destaca cumprimento abaixo de 40%. Em 2019 foi incluído o farol azul para destacar a contemplação superior a 110% da meta. Os faróis destacam tanto as metas físicas, quanto o orçamento planejado. Onze das vinte e três Subações executadas pela Prefeitura – ou seja, 48% (quarenta e oito por cento) – apresentaram execução orçamentária inferior à 40% do orçamento previsto, repetindo o diagnóstico de 2018.

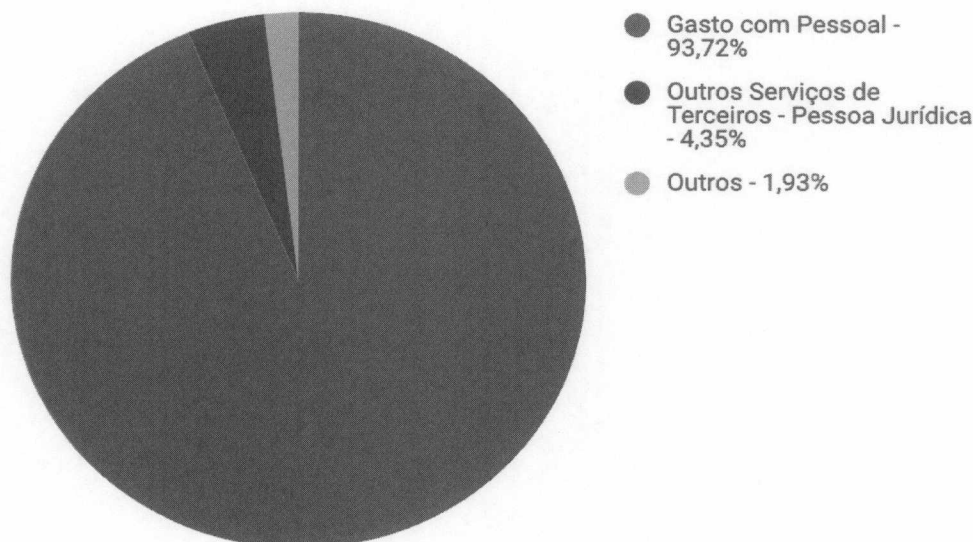
O Gráfico 4 ilustra a alocação dos R\$ 191.845.000,00 (cento e noventa e um milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil reais) executados pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção:

- Gasto com Pessoal: R\$ 179.789.000,00 – 93,72% (o montante considera as seguintes naturezas de despesa: Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Obrigações Patronais, Obrigações Tributárias e Contributivas, Contribuições, Diárias – Civil, Auxílio Alimentação, Auxílio-Transporte e Indenizações e Restituições);
- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 8.353.294 – 4,35%;
- Outros: R\$ 3.702.840,00 – 1,93% (a somatória inclui as naturezas de despesa: Material de consumo, Equipamentos e Material Permanente, Locação de Mão-de-Obra, Outros serviços de terceiros – Pessoa Física, Despesas de Exercícios Anteriores, Material de Distribuição Gratuita e Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física);



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GRÁFICO 3 – ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO



Fonte: Elaboração própria.

A seguir, cada Programa será analisado até a Natureza de despesa definida pelo Executivo, último nível do gasto disponibilizado pela Prefeitura para consulta pública.

3.1 Operacionalização dos Serviços de Segurança (109)

O Programa “Operacionalização dos Serviços de Segurança” é composto pelas Ações “Gestão da Política de Segurança e Prevenção”, “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH” e “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”.

A avaliação do Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 1) aponta que o Programa concentra todo o Gasto com Pessoal da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção. Considerando que 94% (noventa e quatro por cento) do orçamento executado pela Secretaria é destinado para tal gasto, a centralização deste em apenas um Programa explica o contraste da alocação dos recursos entre os demais. Em 2019 a Secretaria excedeu em R\$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais) o montante previsto para o Gasto com Pessoal. O Requerimento de Comissão 447/2020 questionou o motivo dos aumentos dos Gastos com Pessoal de 2018 a 2020, perguntando se esses tratam-se apenas do crescimento vegetativo da folha de pagamentos. Até o momento da elaboração deste Relatório não se obteve resposta por parte da Prefeitura.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TABELA 2 – RELATÓRIO ANALÍTICO DO PROGRAMA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	%
Gasto com Pessoal	174.542.400	179.788.712	103%
Material de Consumo	2.412.050	162.019	7%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	501.000	56.318	11%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.973.825	7.645.250	70%
Equipamentos e Material Permanente	4.095.762	404.399	10%
Locação de Mão de Obra	423.000	481.723	114%
Despesas de Exercícios Anteriores	-	54.114	-
Indenizações e Restituições	1.400.000	1.686.691	120%
TOTAL	194.348.037	190.279.225	98%

Fonte: Elaboração própria.

A Relação de remuneração e benefícios do quadro geral da PBH - dezembro 2019, disponível no portal da PBH, aponta uma sensível redução no quadro operacional da Guarda Municipal, conforme a Tabela 3.

TABELA 3 – ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES DA SMSP

CATEGORIA	2018	2019
Operacional geral	1581	1569
Operacional na área de Educação	210	210
Operacional na área de Saúde	184	183
Subinspetores	52	52
Cargo de Direção e Assessoramento	21	23
Outras áreas da GMBH	4	7

Fonte: Elaboração do Grupo de Trabalho

3.1.1 Ação “Gestão da Política de Segurança e Prevenção”

A Ação “Gestão da Política de Segurança e Prevenção” contém a Subação “Implantação da Política de Segurança e Prevenção”, cuja meta física estabelecida fora “Meta Administrativa”, com a previsão orçamentária estimada em R\$ 9.222.589,00 (nove milhões, duzentos e vinte e dois mil quinhentos e oitenta e nove reais).

A análise do Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico da Subação em questão revela execução de R\$ 7.628.787,00 (sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil setecentos e oitenta e sete reais), valor 17% (dezessete por cento) abaixo do planejado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TABELA 4 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	%
Gasto com Pessoal	8.315.800	6.879.362	83%
Material de Consumo	17.000	19.098	112%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	39.838	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	641.325	348.149	54%
Equipamentos e Material Permanente	205.000	304.412	148%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	43.464	37.929	87%
TOTAL	9.222.589	7.628.787	83%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a natureza dos gastos desta Subação, vale observar que dos R\$348.149,00 executados com aquisição de Equipamentos e Material Permanente, R\$303.605,79 foram gastos com Microcomputadores e Sistema Operacional Windows, segundo informações contidas no Requerimento de Comissão 199/2020. Não foi informado a quantidade de computadores adquiridos nem como foram alocados o restante dos recursos liquidados com essa Natureza de Despesa. Curioso observar também que a respeito do montante de R\$ 39.838,00 liquidado com “Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física”, a PBH informou que esse valor não coincide com valores apurados em seu sistema de controle de pagamentos. Assim, o valor correto seria de R\$14.000,54 e todo esse valor foi despendido com apropriação de folha de pagamento, que por sua vez representa mais gastos com pessoal.

Da mesma forma, dos R\$ 408.851,68 reportados como liquidados com a Natureza de Despesa "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", apenas R\$187.028,50 foram apurados como valores constantes no sistema de controle de pagamentos da PBH. Tal valor, foi destinado para diversas finalidades dentre elas: serviço de água e esgoto, curso de capacitação para gestores da GCMBH; taxas de condomínio da SMSP; serviços de telefonia; serviços de locação de veículos sem motorista e com motorista; e taxa de uso e ocupação de solo das câmeras de videomonitoramento.

3.1.2 Ação “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH”

A Ação “Capacitação em Estágio de Qualificação Profissional GMBH” é composta pela Subação “Realização do Estágio de Qualificação Profissional na GMBH”, cuja meta física estabelecida fora 2.072 (dois mil e setenta e dois) servidores capacitados com a previsão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

orçamentária estimada em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) apenas para o pagamento de “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”.

Foram executados cerca de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais), equivalentes a 10% (dez por cento) do orçamento previsto para a capacitação de 1.929 (mil novecentos e vinte e nove) servidores, número correspondente a 93% (noventa e três por cento) da meta física estabelecida. Tal êxito é inusitado, tendo em vista que em 2018 foram gastos R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais) para capacitar 1.677 (mil seiscentos e setenta e sete) servidores. O custo médio reduziu de R\$ 404,30 para R\$ 52,35.

Após ter sido questionada, a Prefeitura informou que o baixo valor liquidado em comparação ao planejado inicialmente, se deve ao fato de que o contrato de treinamento para manuseio de arma de fogo, o qual era objeto da totalidade do orçamento planejado, não prosseguiu em 2019, e que por isso não foi necessário a utilização desses recursos. A Prefeitura informou que o próprio corpo de servidores da Secretaria absorveu a ministração da disciplina de *Manejo e Emprego de Arma de Fogo* que até então era contratada. Não se sabe se o nível técnico do treinamento efetuado pelos servidores públicos da própria secretaria se equipara ao nível de qualidade oferecido por uma empresa especializada. No entanto, ainda houve um montante de R\$150.000,00 liquidado para a contratação de serviços de capacitação para manuseio de arma de fogo nesta ação.

3.1.3 Ação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte”

A Ação Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte apresenta nove das onze Subações previstas para o Programa “Operacionalização dos serviços de segurança”.

TABELA 5 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	%
Gasto com Pessoal	134.037.000	139.553.555	104%
Material de Consumo	1.110.050	19.348	2%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	501.000	16.480	3%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.294.500	7.195.614	77%
Equipamentos e Material Permanente	2.952.875	99.987	3%
Locação de Mão de Obra	423.000	481.723	114%
Despesas de Exercícios Anteriores	-	54.114	-
Indenizações e Restituições	1.400.000	1.686.691	120%



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.1.3.1 Subação “Operacionalização da Guarda Municipal”

Essa ação é de longe a que concentra a maior quantia de recursos alocados com a política de Segurança no município. Para se ter uma ideia, 77% do orçamento da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção está concentrado nesta subação. Foi orçado para a Subação “Operacionalização da Guarda Municipal de Belo Horizonte” um montante de R\$ 149.718.425,00 e foi executado 99,6% desse valor, que corresponde a R\$ 149.107.512,12. Vale destacar o aumento de aproximadamente 15% dos valores gastos com essa subação de 2018 para 2019. Não por acaso, o aumento de gastos com a Natureza de Despesa “Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoa Civil” seguiu o aumento de exatos 15% de um ano para o outro. Apesar do aumento de gastos com pessoal observado, o número de servidores alocados na Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção reduziu de 2018 para 2019, passando de 2124 servidores para 2118 servidores¹.

Seguindo esta linha de raciocínio, ao computar os Gastos com Pessoal², sem incluir serviços terceiros, observa-se um montante de R\$ 139.534.167,15 alocados, o que corresponde a 94% dos recursos destinados a essa subação. Tal concentração indica que a estratégia do Executivo Municipal para promover a segurança da população está diretamente relacionada com o incremento de gastos com o funcionalismo na Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção.

Equipamentos e Material Permanente: é importante observar também que apesar dos gastos com a Subação terem atingido quase 100% do total orçado de forma geral, os recursos gastos com “Equipamentos e Material Permanente”, que normalmente estão relacionados a investimentos em tecnologia e desenvolvimento nas operações, ficou muito aquém do que havia sido planejado. De um montante orçado no valor de R\$ 2.952.875,00, foi gasto apenas uma quantia de R\$ 99.987,00, que corresponde a 3,4% do orçamento inicial. Ao comparar esse montante com o total de recursos gastos com a Subação como um todo, esse valor passa a

¹ Dados atualizados em 18/02/2020, referentes a dezembro de 2018 e novembro/2019 (Obs. os dados disponibilizados pela PBH referentes a dezembro de 2019 estão incompletos, estando ausentes os guardas municipais alocados nas áreas de Educação e Saúde).

² Gastos com Pessoal para essa análise em específico, é considerado como a soma das Naturezas de Despesas: “Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil”; “Obrigações Patronais” “Auxílio-Alimentação” e “Auxílio Transporte”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

corresponder apenas 0,07% do total, evidenciando que a aquisição de materiais permanentes e de longa duração para a Secretaria não figura como prioridade para a política de Segurança Pública no município.

A Prefeitura foi questionada sobre quais foram os equipamentos adquiridos pelo valor empenhado de R\$ 245.445,25 da Natureza de Despesa "Equipamentos e material permanente" e obteve-se como resposta que o valor indicado não coincide com os valores apurados no sistema de controle de pagamentos da Prefeitura, sendo que o valor correto seria de R\$ 145.458,25, que foi utilizado com a aquisição de 25 bicicletas elétricas.

Indenizações e Restituições: foi questionado também sobre o que estaria incluído no detalhamento do valor liquidado de R\$ 1.686.690,92 na natureza de despesa "Indenizações e Restituições" desta subação. A Prefeitura informou que o valor informado não confere com os constantes em seus sistemas de controle de pagamentos, o qual seria R\$ 1.661.576,85 e que R\$ 1.512.800,64 se referem à apropriação da folha de setembro de 2019 e o restante seria recursos de convênio devolvidos. Logo, observa-se que há gastos com pessoal presentes também em outras Naturezas de Despesa diferentes das mencionadas anteriormente.

Locação de Mão de Obra: foi questionado sobre o que se refere os gastos com "Locação de Mão de Obra", no valor de R\$ 526.030,00 empenhado. A PBH relatou que o valor constante em seu sistema é de R\$ 327.282,00, e que esse recurso foi alocado com a contratação de recepcionistas, servidores da limpeza e serviços de vigilância.

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: foi questionado sobre o que está inserido nos gastos com "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica" no valor de R\$ 8.314.936,86. Novamente, a Prefeitura informou valores diferentes, neste caso: R\$ 2.968.979,16. Dos gastos com maior relevância inseridos neste montante estão: R\$1.610.990,00 relativos à locação de veículos, R\$1.170,120 relativos a serviço de planejamento, organização e execução de concurso da Guarda Municipal e R\$ 180.000,00 relativos a serviços de energia elétrica.

Contratos de locação de veículos: foi questionado à Prefeitura o motivo do aumento de gastos referentes a locação de carros no ano de 2019, que a partir do novo contrato (nº 01-076.222-18-50) firmado pela Prefeitura percebeu-se um aumento de 31% nessa despesa, sem ter sido observado uma ampliação do objeto ou mesmo uma correção monetária dos valores dos contratos anteriores. A Prefeitura encaminhou a cópia do referido contrato, bem como a planilha de composição de custos utilizada em licitação. Apesar de ter havido uma redução no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

número total de veículos locados, de 89 para 84, observa-se que as características da nova composição dos veículos locados, com maior número de veículos maiores e mais pesados como micro-ônibus e caminhonetes-cela, influenciou o maior custo total observado no novo contrato. No entanto, as planilhas de custos apresentam estimativas de custos questionáveis, como por exemplo a quantidade de quilômetros rodados por mês por veículo, entre 4.000 e 5.000 km, que não condiz com a taxa de depreciação utilizada de 3% ao ano calculado a partir do valor histórico de aquisição do veículo.

Metas Físicas: o produto medido por essa subação é o número de patrulhamentos preventivos realizados pela Guarda Municipal. Dos 120.000 patrulhamentos previstos, 193.304 foram realizados, o que corresponde a 161% da meta compactuada no início do ano. Apesar do resultado ter atingido com folga a meta estipulada, não é possível afirmar que este número de patrulhamentos realizados está relacionado com a diminuição da violência da cidade, visto que ainda é preciso de indicadores mais bem elaborados e que meçam a efetividade das ações da Guarda-Municipal na promoção da segurança nos espaços públicos.

3.1.3.2 Subações “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH” e “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito”

A Subação “Operações Especiais da Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH” executou 1.242 ordens de serviço sem o dispêndio de nenhum recurso. A subação “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito” executou 596 ordens de serviço também sem dispêndio de recursos. É digno de nota que, se o Executivo não consegue apropriar o custo destas prestações de serviço, não faz sentido alocá-las em uma linha do orçamento.

Tendo em vista que em 2018, a Prefeitura havia reconhecido por meio do Ofício SMSP/GP nº 275/2018, que a meta escolhida (ordens de serviço executadas) não era um parâmetro adequado para avaliação das "operações especiais", pode-se dizer que a Prefeitura foi negligente ao cometer o equívoco de manter o mesmo parâmetro de medida para auferir a meta física da Subação.

Foi questionado à Prefeitura, qual o tipo da natureza das 1.242 ordens de serviço desta subação executadas em 2019, a especificação de quantas operações foram previamente planejadas e quantas consistiram em ações emergenciais. Conforme resposta da Prefeitura ao Requerimento de Comissão 199 – Ofício 037/INTER/DCRI/2020, em vez de 1.242, foi



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apresentada uma lista com 1.332 operações especiais executadas em 2019. Desse número, não houve nenhuma operação emergencial, todas foram operações planejadas.

Um montante de 700 operações foi realizado pelo Departamento de Missões Especiais, abrangendo variadas naturezas de operações, como por exemplo: escolta de valores dos restaurantes populares, fiscalização contra comércio ambulante, ação de limpeza, operação nas linhas de ônibus, ações contra vandalismo e uso indevido do espaço público, apoio ao patrulhamento em jogos de futebol, dentre vários outros.

O restante das 632 ordens de serviço foram realizadas pela Inspetoria de Trânsito, e sua natureza da operação foi exclusivamente “operações de fiscalização, controle, orientação do trânsito e do tráfego” o que indica que tal quantitativo, em vez de estar relacionado a subação “Operações Especiais da GMBH” deve se referir na prática à subação “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito”. Assim, apesar de demonstrar que atividades importantes vêm sendo desempenhadas pela Guarda Municipal de Belo Horizonte, observa-se uma falta de compromisso da Prefeitura ao publicar relatórios previstos em lei com dados fidedignos para cada uma das subações.

Por fim, ainda sobre a Subação “Controle, Fiscalização e Orientação no Trânsito”, ao ser apresentada a meta física de 553 (quinhentos e cinquenta e três) “ordens de serviço de fiscalização de via pública” sem prever orçamento para despesas relacionadas, sugere-se que a Prefeitura lança atividades em seu planejamento tão somente para cumprir o preenchimento de uma planilha, atendendo ao que parece considerar ser apenas uma formalidade, de forma que a previsão orçamentária desta Subação aparenta ser irrelevante no âmbito orçamentário. Conforme os relatórios de execução da Prefeitura, foram computadas 596 “ordens de serviços de fiscalização de via pública” realizada, valor divergente ao número de 632 “ordens de serviço” realizadas pela Inspetoria de Trânsito. Não houve discriminação de nenhum custo para tal atividade.

3.1.3.3 Subações: “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde” e “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação”

As Subações “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Saúde” e “Operacionalização da Guarda Municipal - GMBH na Educação”, por sua vez, também apresentam as mesmas características: ausência de meta física planejada e orçamento previsto apenas para Gasto com Pessoal. Enquanto a primeira executou praticamente todo o orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

previsto com Gasto de Pessoal, a segunda excedeu o gasto em cerca de 5% (cinco por cento) – ou seja, R\$ 877.000,00 (oitocentos e setenta e sete mil reais) a mais que o planejado.

Na oitiva com os dirigentes responsáveis pela política de segurança foi questionado sobre diferenças nos números relacionados a quantidade de Guardas distribuídos no Projeto Patrulha SUS e na quantidade disponível na Relação de Remuneração e Benefícios do Quadro Geral da PBH, onde a primeira apresenta um quantitativo de 80 guardas e a segunda apresenta a alocação de 184 Guardas Municipais em serviço “Operacional na área da Saúde”. Durante a oitiva, as autoridades apresentaram números diferentes aos dois publicados e, de acordo com a fala do secretário, aparentemente a Prefeitura distribui o orçamento nas duas áreas, mas, efetivamente, o contingente da corporação segue outro tipo de distribuição, denotando a fragilidade das peças orçamentárias no processo de planejamento da Prefeitura.

Inegável observar que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, quando deixa de responder quais os critérios técnicos estruturais para a alocação do orçamento nestas Subações, demonstra falhas em seu planejamento – ou até mesmo a falta dele – e o absoluto descaso para prestar contas à Câmara Municipal.

Há, também, a possibilidade de os dados apresentados na Relação de remuneração e benefícios do quadro geral da PBH em 2019 serem uma divisão formal matemática da realidade, e não um retrato daquilo que se verifica na realidade.

3.1.3.4 Subação “Equipamentos de Proteção e Segurança”

A Subação “Equipamentos de Proteção e Segurança” apresentou a meta física de 2.072 (dois mil e setenta e dois) Guardas Equipados e a previsão orçamentária de R\$ 2.220.887,00 (dois milhões duzentos e vinte mil oitocentos e oitenta e sete reais). Conforme os dados dos relatórios, a Prefeitura equipou 1.130 Guardas gastando R\$ 123.573,00 (menos de 6% do orçamento previsto) a um custo médio individual de R\$ 109,00 por Guarda.

Não obstante as incongruências observadas nos relatórios, ao ser questionada a respeito de como foram realizados os gastos com essa subação, a Prefeitura informou não ter executado os R\$ 123.573,00, mas sim R\$ 31.498,80, recursos esses que foram gastos com a aquisição de capacetes de segurança para motociclistas e luvas para motociclistas, segundo Requerimento de Comissão 199/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.1.3.5 Subações: “Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, “Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte” e “Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos”

As Subações “Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte – GMBH”, “Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte” e “Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos” apresentam as metas físicas “Criança/adolescente Atendido”, “Atividade Realizada” e “Evento Realizado”, respectivamente.

No tocante ao planejamento orçamentário, as Subações apresentaram o mesmo problema diagnosticado em 2018: não contam com nenhuma previsão orçamentária para a realização de suas políticas. Tal ausência mostra-se incoerente, uma vez que para que haja execução das atividades constantes nas Subações, é necessário destinar gastos, principalmente com despesas de pessoal.

Embora nenhuma destas Subações tenha apresentado execução do orçamento, a Subação “Prevenção a Violência nas Escolas Municipais de Belo Horizonte” extrapolou a meta em 60% (sessenta por cento), realizando 162 (cento e vinte) das 101 (cem) atividades previstas. A Prefeitura havia previsto R\$ 33.000,00 (três mil reais) para executá-la – ou seja, R\$ 326,00 (trezentos e vinte e seis reais) por atividade, custo médio 10 vezes superior ao identificado em 2018.

A Subação “Promoção de Eventos Culturais de Interação com os Cidadãos” apresentou a meta de realização de 130 (cento e trinta) eventos com o orçamento de R\$ 2.000,00 (três mil reais) – isto é, R\$ 15,00 (quinze reais) por evento. Ao longo de 2019, 182 (cento e oitenta e dois) eventos foram realizados sem nenhum dispêndio de recursos. Novamente, portanto, a Prefeitura dá margem ao questionamento do motivo pelo qual Subações sem execução orçamentária são elencadas no orçamento.

3.2 Prevenção Social à Criminalidade (242)

O Programa “Prevenção Social à Criminalidade” contém a Ação “Ações de Prevenção Social à Criminalidade” que, por sua vez, se desdobra em quatro Subações: “Prevenção à Violência nos Territórios”, “Prevenção à Criminalidade Juvenil”, “Mediação de Conflitos e Prevenção à Violência” e “Prevenção à violência contra negros e indígenas”. Segundo o Plano Plurianual, o objetivo do programa é *“criar uma rede municipal de prevenção social da violência, implementando atividades e disciplinas que desenvolvam a cultura de paz e da não violência, conjugadas com*



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ações sociais e de segurança urbana, visando a minimizar a criminalidade e violência no município de Belo Horizonte”.

Este programa é o que dispõe de menos recursos entre aqueles analisados pelo Grupo de Trabalho. Para o ano de 2019, foi orçado um valor de R\$ 1.889.820,00, no entanto somente foram liquidados um montante de R\$ 303.610,00, correspondente a cerca de 16% do previsto inicialmente.

No início do ano constatou-se um substancial aumento de 155 vezes na previsão orçamentária para gastos com a Natureza de Despesa “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica” em relação ao ano anterior. Tal natureza abrange a contratação de entidades responsáveis pela execução de grande parte das políticas que compõem o programa. No entanto, conforme Requerimento de Comissão nº 809/2019, foi informado pela Prefeitura que “o Decreto Municipal 17.053/2019 reduziu o orçamento inicial previsto, restando apenas R\$ 472.820,00 para todo o orçamento da Diretoria de Prevenção Social à Criminalidade”.

Diante dessa resposta, nota-se dois pontos importantes a respeito do planejamento da Prefeitura: o decreto que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo não respeita o planejamento elaborado por meio de lei; e a programação orçamentária se dá de forma a atender a estrutura administrativa do órgão e não os programas propostos no planejamento elaborados por via das leis do ciclo orçamentário.

A respeito do Programa como um todo, a Prefeitura utilizou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil como critério para determinar o primeiro território que receberia o Programa, no entanto esse índice não é atualizado desde 2016 pela Secretaria Municipal de Planejamento (Resposta ao Requerimento de Comissão 809/2019). Vale dizer ainda que a Prefeitura contabilizou o mesmo território em anos distintos em sua meta física, e que o critério utilizado na definição do território para uma expansão do Programa não foi o mesmo inicialmente utilizado, representando assim equívocos quanto a elaboração da meta e descontinuidade da metodologia inicialmente proposta.

3.2.1 Subação “Prevenção à Violência nos Territórios”

Esta subação apresentou como meta dez territórios atendidos para o ano de 2019, no entanto foi reportado apenas um território atendido. Dos R\$1.321.000,00 do orçamento previsto inicialmente R\$ 28.798,00, ou seja 2%, foram liquidados segundo os relatórios da Prefeitura.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No início de 2019 a Prefeitura havia informado que o planejamento era expandir o programa para mais um território (Barreiro 4), mantendo o atendimento que já havia sido implantado no ano anterior (Leste 4). Portanto, nota-se novamente um descasamento do planejamento constante nas leis de planejamento e orçamento da Prefeitura e os planos internos de gestão da Secretaria, que é a responsável pela implementação do programa.

O executivo foi questionado se o programa foi implantado no território conforme o planejado e se havia sido mantido o atendimento no território Leste 4. A Prefeitura não respondeu essas questões até o momento de elaboração deste relatório.

3.2.2 Subação “Prevenção à Criminalidade Juvenil”

Esta subação apresentou como meta nove territórios atendidos para o ano de 2019, no entanto foi reportado apenas um território atendido. Dos R\$347.820,00 do orçamento previsto inicialmente R\$ 241.283,00, ou seja 69%, foram liquidados segundo os relatórios da Prefeitura. Entretanto, apesar do valor liquidado, conforme informado no Ofício SMSP /GP nº 275/2018, a subação ainda estava em fase de planejamento, não sendo verídico o cumprimento da meta conforme publicado pela Prefeitura.

A Prefeitura foi questionada se o objeto das ações implantadas no território Leste 4 de que tratam as subações "Prevenção à Violência nos Territórios" e "Prevenção à Criminalidade Juvenil" são paralelos ou consistem em um único projeto, realizado pela OSC “AREbeldia Cultural”, por meio do Termo de Colaboração nº 2/2018. A Prefeitura não respondeu essa questão até o momento de elaboração deste relatório.

Por fim, é preciso dizer também que o produto da meta física escolhido (programa implantado) para a Subação “Prevenção à Criminalidade Juvenil” não apresenta critérios claros sobre a amplitude ou abrangência dos programas para fins de contabilização da meta, não permitindo assim o acompanhamento adequado dos resultados dessa política pública.

3.2.3 Subação “Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas”

Esta subação apresentou como meta física nove projetos implantados para o ano de 2019, no entanto foi reportado apenas um território atendido. Dos R\$121.000,00 do orçamento previsto inicialmente R\$ 33.529,00, ou seja, 28% foram liquidados segundo os relatórios da Prefeitura. Este valor refere-se ao pagamento de aluguel do imóvel que abriga o CIAM - Centro Integrado de Apoio à Mulher.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Vale dizer que quando questionada sobre o motivo de implantar nove projetos, mesma meta de 2018, a Prefeitura reconhece a manutenção da meta mesmo sendo notória a inexistência de recursos para tal. A Prefeitura contratou a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais para a implantação do projeto “Para Elas”, o qual prevê ações de mediação junto ao público de mulheres moradoras do território L4 e estuda a constituição de um Núcleo de Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas para atuação prioritária em conflitos oriundos em escolas do município de Belo Horizonte. No entanto, não se observou relação das informações orçamentárias desta subações a esta contratação.

3.2.4 Subação “Prevenção à violência contra negros e indígenas”

Esta subação apresentou como meta a redução de 5% dos crimes de intolerância racial em relação ao ano base de ano de 2018. No entanto foi reportado 0% de redução. Não se sabe como foi auferido este resultado. Dos R\$100.000,00 do orçamento previsto inicialmente nenhum valor foi liquidado

A Prefeitura relatou que esta subação foi criada tendo em vista a possibilidade de captação de recursos oriundos de emenda parlamentar, e que por isso ela não seria objeto de execução. Nesse sentido a Secretaria relatou que *“o valor da subação foi objeto de emenda parlamentar. A proposta não partiu da SMSP. A SMSP não pode realizar contratações com esse orçamento, pois, apesar de constar da LOA, os valores não foram incluídos na Programação Orçamentária de 2019, estabelecida pelo Decreto 17.053/2019. Portanto, não são valores efetivamente disponíveis para esta Secretaria.”* Ofício SMSP nº 268/19, em resposta ao Requerimento nº 809/19.

Portanto, nota-se mais uma vez o descasamento do orçamento aprovado em lei e dos recursos realmente disponíveis para a execução das políticas públicas, uma vez que os recursos constantes da Lei Orçamentária Anual não conferem com os valores do Decreto de Programação Orçamentária. Além disso, nota-se que o orçamento não é elaborado considerando recursos prováveis que a Prefeitura terá a sua disposição ao longo do ano, pelo contrário, a Prefeitura cria subações no orçamento sem sequer ter ciência se haverá ou não recursos para gastar com a política proposta.

3.3 Belo Horizonte Cidade Inteligente (302)

O Programa “Belo Horizonte Cidade Inteligente”, segundo o Plano Plurianual, apresenta um escopo bastante amplo, envolvendo diferentes órgãos da PBH. Para as ações do programa relacionadas a área de Segurança Pública, as quais são: “Gestão Integrada do COP-



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

BH” e “Videomonitoramento”, foram previstos R\$ 2.745.949,00 tendo sido executado até o final do ano um montante de R\$1.224.080,00, cerca de 45% do previsto inicialmente.

3.3.1 Ação Gestão Integrada do COP – BH

A Ação “Gestão Integrada do COP – BH” apresenta as Subações “Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP”, “Implantação de Soluções Tecnológicas”, “Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas” e “Desenvolvimento e Implementação de Protocolos de Atuação Integrada”.

3.3.1.1 Subação “Gerenciamento do Centro de Operações do Município – COP”

Nesta Subação foram executados 48% dos recursos destinados à Subação: R\$ 1.191.072 (um milhão cento e noventa e um mil e setenta e dois reais). O Relatório Comparativo do Orçamento com Execução Analítico (Tabela 8) descreve as Naturezas de Despesa nas quais os recursos foram aplicados.

TABELA 6 - RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO GERENCIAMENTO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DO MUNICÍPIO

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.242.296	396.004	31,88%
Locação de Mão de Obra	718.000	585.239	81,51%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	250.000	15.621	6,25%
Equipamentos e Material Permanente	220.001	4.220	1,92%
Material de Consumo	57.592	189.989	329,89%
TOTAL	2.487.889	1.191.072	47,87%

Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise da tabela, nota-se uma maior concentração de destinação dos recursos nas Naturezas de Despesa ligadas à gastos com mão de obra seja, por meio de locação de mão de obra seja por meio de serviços de terceiros contratados; e também com insumos. Ao que parece, o objeto desses gastos está diretamente envolvido às atividades de manutenção rotineira do COP. Vale observar a baixa execução de recursos com equipamentos e materiais permanentes, que poderiam estar atrelados a incrementos de infraestrutura e tecnologia das ações do COP. Foi solicitado à Prefeitura a descrição detalhada de cada um dos gastos por Natureza de Despesa, no entanto até o momento da elaboração deste Relatório não se obteve resposta por parte do Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.3.1.2 Subação "Implantação de Soluções Tecnológicas"

Esta subação apresentou como meta física a implantação de quatro soluções tecnológicas para o ano de 2019 e de acordo com os relatórios da Prefeitura essa meta foi cumprida em sua integralidade. No entanto, dos R\$242.000,00 do orçamento previsto inicialmente nenhum valor foi executado. A Prefeitura foi questionada a respeito de como é possível ter cumprido a meta física desta subação (4 soluções implantadas), sem o gasto de nenhum recurso financeiro, porém até o momento da elaboração deste Relatório não se obteve resposta por parte do Executivo.

3.3.1.3 Subação "Implementação da Metodologia de Gestão Integrada Baseada em Metodologia de Solução de Problemas"

Esta subação apresentou como meta física para o ano de 2019 o monitoramento de 18 territórios utilizando a Metodologia de Solução de Problemas, no entanto, segundo os relatórios da Prefeitura, nenhum território foi monitorado ao longo do ano. No Ofício SMSP/GP nº 309/19, a Prefeitura informou que *"a metodologia foi implantada para melhorar a segurança no Hospital Odilon Behrens e na UPA/NO, da Regional Noroeste; no Parque Fazenda Lagoa do Nado da Regional Pampulha; para reduzir roubo a transeuntes no Hipercentro, da Regional Centro Sul. e para melhorar a segurança em quatro escolas (Israel Pinheiro. Fernando Dias Costa. Dr Julio Soares e Levindo Lopes), da Regional Leste"*. Logo, observa-se novamente a incompatibilidade existente entre as informações reportadas pela Prefeitura nos relatórios de monitoramento previstos pelas leis orçamentárias e os dados utilizados internamente pela Prefeitura.

Houve previsão de apenas R\$ 15.000,00 para o monitoramento dos 18 territórios, no entanto nenhum valor foi executado.

3.3.1.4 Subação "Desenvolvimento; Implementação de Protocolos de Atuação Integrada"

Esta subação apresentou como meta física quatro simulados realizados para o ano de 2019. Segundo os relatórios da Prefeitura foram realizados oito simulados. Não houve previsão orçamentária para a execução de tais simulados, da mesma forma também não foi liquidado nenhum valor para esta subação. Nesse sentido, foi questionado quais foram os oito Protocolos de Atuação Integrada desenvolvidos em 2019 no COP-BH, no entanto até o momento de elaboração deste relatório não se obteve respostas por parte da Prefeitura.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.3.2 Ação Videomonitoramento

Para o ano de 2019 houve um esvaziamento desta Ação, tendo sido excluídas duas Subações constantes no Plano Plurianual de 2018: “Instalação de Circuito Interno de Televisão - CFTV em Equipamentos Municipais” e “Implantação de Videomonitoramento na Cidade”. Dessa forma, manteve-se apenas a subação “Manutenção de Pontos de Videomonitoramento”.

É digno de nota que a retirada das subações mencionadas sem executar e sem cumprir as metas físicas estabelecidas em anos anteriores é preocupante uma vez que impacta no resultado final das políticas propostas e dá sinais de falta de continuidade em relação ao planejamento elaborado.

3.3.2.1 Subação "Manutenção de Pontos de Videomonitoramento"

Para o ano de 2019, esta subação apresentou como meta física 336 equipamentos mantidos. Ao longo do ano, a Prefeitura conseguiu manter 303 desses equipamentos, cerca de 95% do que havia sido originalmente previsto. No entanto, ao analisar o orçamento previsto para a realização de tal meta constata-se um orçamento de apenas R\$ 1.060,00 para a manutenção de todos os equipamentos. Foi reportada execução de um montante de R\$33.007,65 para esta subação.

Durante oitiva realizada no dia 29/06/2020, a Prefeitura foi questionada sobre qual é o percentual de câmeras em funcionamento e quantas necessitam de manutenção. Esse questionamento foi feito tendo em vista que o contrato de manutenção de 153 câmeras havia sido finalizado e não houve renovação ou realização de um novo contrato. As autoridades responderam que não sabiam o número exato, mas que fariam um levantamento para averiguar a resposta e a enviaria para a Câmara Municipal. Foi informado também que está em elaboração Termo de Referência para contratação global de manutenção permanente dos equipamentos de videomonitoramento da Prefeitura.

Além disso, foi questionado qual a previsão para agregar software de inteligência artificial às imagens capturadas pela Prefeitura. As autoridades reconheceram a necessidade de investir nesse tipo de tecnologia, mas que há necessidade de realização de testes anteriores a contratação. Assim, foi reportado pela Prefeitura que já está sendo feita a aquisição de licença para que sejam realizados testes da aplicabilidade para tais softwares.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.4 Serviços de Iluminação Pública (84)

Segundo o Plano Plurianual, o Programa “Serviços de Iluminação Pública” tem como objetivo elaborar projetos e/ou executar obras para a melhoria da iluminação pública; remover e remanejar postes; remover e remanejar redes elétricas, aéreas e subterrâneas; e ampliar redes elétricas no município de Belo Horizonte. Foram previstos R\$ 83.872.691,00 para o ano de 2019, alocados na Ação “Controle das Operações de Iluminação Pública” que por sua vez se subdivide nas Subações “Controle das Operações de Iluminação Pública” e “Modernização e Ampliação da Rede de Iluminação Pública” e “Adequação da Rede de Iluminação Pública”. Foi alocado um montante de R\$ 70.258.314,00, cerca de 84% do que havia sido previsto inicialmente (R\$ 83.872.691,00).

Vale dizer que, em resposta ao Requerimento de Comissão 390/2020, foi informado que a quantidade de luminárias modernizadas até junho de 2020 foi de 94,17% do que foi pactuado em contrato de concessão nº AJ 016/2016. Além disso, foi dito que em 2019 os valores faturados pela Concessionária, bem como pelo Verificador Independente, este último através do Contrato de Prestação de Serviços N ° AJ 34/2017, foram de R\$ 52 041.772,31 e R\$ 1.168 317,09 respectivamente. Não foi possível estabelecer a associação desses valores com as Naturezas de Despesas dos gastos discriminados nos tópicos a seguir.

3.4.1.1 Subação “Controle das Operações de Iluminação Pública”

A Subação “Controle das Operações de Iluminação Pública” executou R\$ 25.471.579,00 ou 54% de um montante orçado inicialmente de R\$ 47.085.191,00. Foram liquidados R\$ 24.580.000,00 com a contraprestação dos serviços prestados pelo Consórcio BH Iluminação Pública (BHIP).

TABELA 7 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	47.075.191	24.579.712	52%
Despesas de Exercícios Anteriores	10.000	0	0%
Serviços de Consultoria	0	891.867	-
TOTAL	47.085.191	25.471.579	54%

Fonte: Elaboração própria.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3.4.1.2 Subação “Modernização e Ampliação da Rede de Iluminação Pública”

Na Subação “Modernização e Ampliação da Rede de Iluminação Pública” foram executados R\$ 44.787.000,00 com despesas com “Contraprestação de Serviços” e “Despesas decorrentes de contrato de Parceria Público Privada” – Tabela 11.

TABELA 8 – RELATÓRIO ANALÍTICO DA SUBAÇÃO AMPLIAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NATUREZA DE DESPESA	ORÇADO	LIQUIDADO	%
Contraprestação de Serviços	25.301.727	23.170.591	92%
Despesas decorrentes de contrato Parceria Público Privada - PPP	7.846.473	21.616.144	275%
Serviços de Consultoria	1.500.000	0	0%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000.000	0	0%
Equipamentos e Material Permanente	100.000	0	0%
Despesas de exercícios anteriores	10.000	0	0%
TOTAL	35.758.200	44.786.735	125%

Fonte: Elaboração própria.

3.4.1.3 Subação "Adequação da Rede de Iluminação Pública"

Esta subação diz respeito aos eventos de realocação de Unidades de Iluminação Pública - UIP, que consiste na retirada da UIP de um local e instalação em outro, ou recolhimento ao almoxarifado da Concessionária para posterior utilização. Não foi executado nenhum recurso com esta subação e, para o Plano Plurianual de 2020, esta Subação foi retirada com a explicação de que este não mais é um objetivo para iluminação pública de BH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4 ENCAMINHAMENTOS AO PODER EXECUTIVO

Diante das informações e análises apresentadas por este relatório, o encaminhamento mais relevante deste Grupo de Trabalho de Fiscalização da Segurança Pública trata-se da solicitação à Prefeitura de Belo Horizonte para que esta conduza de forma mais séria, responsável e precisa a elaboração do planejamento e orçamento de suas políticas de Segurança Pública, bem como o correto preenchimento dos relatórios de acompanhamento de tais políticas.

O que se nota após a leitura e análise dos documentos apresentados pelo Executivo é que tais documentos, previstos em lei, não retratam a realidade das políticas implementadas no município. Logo, tais documentos, da forma como são elaborados, inviabilizam tanto o acompanhamento das políticas públicas pela população bem como o exercício da função fiscalizatória do parlamentar.

Nota-se que as metas são incompatíveis com os orçamentos previstos, há ausência de correção dos indicadores de um ano para o outro, observa-se baixa ou inexistente execução de muitas políticas constantes no planejamento inicial, além de várias políticas propostas com metas e dados de acompanhamento indisponíveis.

Ainda mais grave é a incompatibilidade entre os números apresentados nos relatórios de acompanhamento das políticas da Prefeitura e os valores apurados no sistema de controle de pagamentos da Prefeitura. Isso dá a entender que o Planejamento e Orçamento aprovados em Lei pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, não passa de uma mera formalização de um documento sem aplicação.

Nesse mesmo sentido, fica exposto o descasamento entre o orçamento aprovado em lei e os recursos realmente disponíveis para a execução das políticas públicas, uma vez que os recursos constantes da Lei Orçamentária Anual não conferem com os valores do Decreto de Programação Orçamentária. Além disso, é possível observar que o orçamento não é elaborado considerando recursos prováveis que a Prefeitura terá a sua disposição ao longo do ano, pelo contrário, a Prefeitura cria subações no orçamento sem sequer ter ciência se haverá ou não recursos para gastar com as políticas propostas em algumas de suas subações.

Ainda sob o mérito administrativo, sugere-se que a Prefeitura distribua o contingente e os gastos com a corporação da Guarda Municipal e com toda mão de obra disponível de acordo com os programas e políticas aos quais estes estão inseridos. Esse melhor rateio dos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

gastos com pessoal, sendo alocados por Subação em vez de concentrar todos os gastos em uma única subação, melhora as condições de gestão e a aferição dos resultados do trabalho dos servidores públicos municipais.

No que tange ao mérito das políticas apresentadas, sugere-se uma revisão da estratégia adotada pela Prefeitura para o alcance de um nível maior de segurança no município. Conforme apresentado ao longo do relatório, observa-se que a orientação da Prefeitura ao realizar incrementos nos gastos com as políticas de Segurança Pública perpassa, quase que exclusivamente, pelo aumento nos gastos com pessoal. A Prefeitura realizou mais de 93% por cento dos recursos disponíveis para a Segurança Pública apenas com gastos com o funcionalismo, sem considerar os gastos com mão de obra terceirizada. Faz-se necessário dizer que a promoção de um ambiente seguro não está diretamente relacionada ao aumento de salários dos servidores da Administração Pública.

Gastos e ações importantes como investimentos em tecnologia e materiais permanentes tiveram mínima relevância no orçamento e foram executadas de forma extremamente insatisfatória. Ações e investimentos para um maior desenvolvimento em metodologias científicas de combate e prevenção ao crime, mesmo que minimamente previstas, também não surtiram resultados louváveis.

Por fim, a avaliação que se forma diante da elaboração do presente relatório é de que a estrutura do planejamento municipal na área de Segurança Pública é fragilmente elaborada, dividida em subações que dizem muito pouco sobre o que está sendo feito, dessa forma não se sabe o que é almejado pela Secretaria nem mesmo é possível acompanhar aquilo que o Poder Executivo Municipal vem realizando para a promoção de uma cidade mais segura.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2020.

Bernardo L. F. Ramos

Vereador – **Dr. BERNARDO RAMOS**
Relator - Partido **NOVO**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **629/2020**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor que apresente, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a indicação anexa e encaminhe o Relatório de Monitoramento da Política de Segurança Pública de 2019, na íntegra, ao Gabinete do Secretário Municipal de Segurança e Prevenção.

Belo Horizonte, 28, de agosto de 2020.

Bernardo R. F. Ramos

Vereador **Dr. Bernardo Ramos**
Partido **NOVO**

À Senhora

Vereadora Bella Gonçalves

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 28/08/20
Hora: 13:18:41



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhora Presidente,

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 629/20, de autoria da vereador Dr. Bernardo Ramos, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a seguinte indicação:

Diante do trabalho conduzido pelo Grupo de Trabalho de Fiscalização Orçamentária da Segurança Pública em Belo Horizonte ao longo do ano de 2019 e das informações e análises apresentadas pelo Relatório de Monitoramento da Política de Segurança Pública de 2019, cujo objetivo foi de acompanhar de forma constante e estruturada os Programas relacionados à área de Segurança, sugere-se:

- Que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção conduza de forma mais séria, responsável e precisa a elaboração do planejamento e orçamento de suas políticas de Segurança Pública.
- Que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção realize o correto preenchimento dos informes divulgados quadrimestralmente pelo Poder Executivo na prestação de contas do município, visto que tais documentos, da forma como são elaborados atualmente, não retratam a realidade das políticas implementadas no município, inviabilizando assim tanto o acompanhamento das políticas públicas pela população como o exercício da função fiscalizatória do parlamentar.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção passe a adotar metas compatíveis com os orçamentos previstos, realize correções e atualizações dos indicadores de um ano para o outro, execute as políticas constantes no planejamento inicial, e disponibilizem metas e dados para todas as políticas propostas que hoje não possuem tais informações disponíveis.
- Que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção realize a compatibilização entre os números apresentados nos relatórios de acompanhamento das políticas da Secretaria e os valores apurados em seu sistema de controle de pagamentos.
- Que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção distribua o contingente e os gastos com a corporação da Guarda Municipal e com toda mão de obra disponível para as Políticas de Segurança de acordo com os programas e políticas aos quais estes estão inseridos, rateando os gastos por cada Subação separadamente, em vez de concentrar todos os gastos em uma única Subação, de forma a melhorar as condições de gestão e a aferição dos resultados do trabalho dos servidores públicos municipais.
- Que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção revise a estratégia adotada para o alcance de um nível maior de segurança no município. Observa-se que a orientação da Secretaria ao realizar incrementos nos gastos com as políticas de Segurança Pública perpassa, quase que exclusivamente, pelo aumento nos gastos com pessoal. Nesse sentido, vale dizer que a promoção de um ambiente seguro não está diretamente relacionada ao aumento de salários dos servidores da Administração Pública.
- Que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção revise a alocação de recursos e efetivamente gaste mais com



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

investimentos em tecnologias e materiais permanentes e com o desenvolvimento de metodologias científicas de combate e prevenção ao crime.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2020.

Bernardo K.F. Ramos
Vereador Dr. **Bernardo Ramos**
Partido **NOVO**

À Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição originária de decisão da comissão relativa ao(a) <i>Requerimento de Comissão</i> nº <u>629 / 20</u>

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
28 / 08 / 20
[Assinatura]
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão
REQUERIMENTO Nº
630/2020

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor que apresente, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a indicação anexa e encaminhe o Relatório de Monitoramento da Política de Segurança Pública de 2019, na íntegra, ao Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 28, de agosto de 2020.

Bernardo A. F. Ramos

Vereador **Dr. Bernardo Ramos**
Partido **NOVO**

À Senhora

Vereadora Bella Gonçalves

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 28 / 08 / 20
Hora: 13:19:50



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

630/2020

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor que apresente, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a indicação anexa e encaminhe o Relatório de Monitoramento da Política de Segurança Pública de 2019, na íntegra, ao Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 28, de agosto de 2020.

Bernardo L.F. Ramos

Vereador **Dr. Bernardo Ramos**
Partido **NOVO**

À Senhora

Vereadora Bella Gonçalves

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 28/08/20
Hora: 13:19:30



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhora Presidente,

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 630/20, de autoria da vereador Dr. Bernardo Ramos, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a seguinte indicação:

Diante do trabalho conduzido pelo Grupo de Trabalho de Fiscalização Orçamentária da Segurança Pública em Belo Horizonte ao longo do ano de 2019 e das informações e análises apresentadas pelo Relatório de Monitoramento da Política de Segurança Pública de 2019, cujo objetivo foi de acompanhar de forma constante e estruturada os Programas relacionados à área de Segurança, sugere-se:

- Que a Prefeitura de Belo Horizonte conduza de forma mais séria, responsável e precisa a elaboração do planejamento e orçamento de suas políticas de Segurança Pública.
- Que a Prefeitura de Belo Horizonte realize o correto preenchimento dos informes divulgados quadrimestralmente pelo Poder Executivo na prestação de contas do município, visto que tais documentos, da forma como são elaborados atualmente, não retratam a realidade das políticas implementadas no município, inviabilizando assim tanto o acompanhamento das políticas públicas pela população como o exercício da função fiscalizatória do parlamentar.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Que a Prefeitura de Belo Horizonte passe a adotar metas compatíveis com os orçamentos previstos, realize correções e atualizações dos indicadores de um ano para o outro, execute as políticas constantes no planejamento inicial, e disponibilizem metas e dados para todas as políticas propostas que hoje não possuem tais informações disponíveis.
- Que a Prefeitura de Belo Horizonte realize a compatibilização entre os números apresentados nos relatórios de acompanhamento das políticas da Prefeitura e os valores apurados em seu sistema de controle de pagamentos.
- Que a Prefeitura de Belo Horizonte distribua o contingente e os gastos com a corporação da Guarda Municipal e com toda mão de obra disponível para as Políticas de Segurança de acordo com os programas e políticas aos quais estes estão inseridos, rateando os gastos por cada Subação separadamente, em vez de concentrar todos os gastos em uma única Subação, de forma a melhorar as condições de gestão e a aferição dos resultados do trabalho dos servidores públicos municipais.
- Que a Prefeitura de Belo Horizonte revise a estratégia adotada para o alcance de um nível maior de segurança no município. Observa-se que a orientação da Prefeitura ao realizar incrementos nos gastos com as políticas de Segurança Pública perpassa, quase que exclusivamente, pelo aumento nos gastos com pessoal. Nesse sentido, vale dizer que a promoção de um ambiente seguro não está diretamente relacionada ao aumento de salários dos servidores da Administração Pública.
- Que a Prefeitura de Belo Horizonte revise a alocação de recursos e efetivamente gaste mais com investimentos em tecnologias e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

materiais permanentes e com o desenvolvimento de metodologias científicas de combate e prevenção ao crime.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2020.

Bernardo L.F. Ramos

Vereador Dr. **Bernardo Ramos**
Partido **NOVO**

À Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição originária de decisão
da comissão relativa ao(a)

Requerimento de Comissão

nº *630 / 20*

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

28 / 08 / 20

1600
Responsável pela distribuição




RESPOSTA

ao Requerimento de Comissão 537/19

O ofício anexo, em resposta ao Requerimento de Comissão nº537/19, foi publicado suprimindo-se algumas páginas a fim de preservar o sigilo dos dados dos envolvidos nos eventos descritos no documento, visto que elas continham informações pessoais. O documento integral pode ser consultado na via física do requerimento, disponível nesta diretoria.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2020



Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro
Diretor do Processo Legislativo



OF. GABPREF/DALE Nº 224 /2020

Belo Horizonte, 10 / 08 /2020

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 537/2019** – Vereadora Bella Gonçalves – encaminhado pelo ofício Of. DIRLEG Nº 1.611/19, de 13/05/2019.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 537/19, de autoria da Vereadora Bella Gonçalves, que solicita informações sobre a população em situação de rua.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Política Urbana e a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção emitiram respostas por meio do Ofício SMPU/SMAICS nº 881/2020, e Ofício SMSP/GP nº 121/2020, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício

Gabinete do Prefeito

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SMPU/SMAICS nº 881/2020

REF.: OFÍCIO DIRLEG 1.607/19 E OF. DIRLEG Nº 1.169/19

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 537/2019

Belo Horizonte, 22 de julho de 2020.

Prezada Secretária,

Em atualização ao OFÍCIO SMPU/SMAICS Nº 627/2019, enviado em 14 de junho de 2019, encaminhamos o presente expediente.

Trata-se de pedido de informações encaminhado pela Vereadora Bella Gonçalves a respeito da atuação das equipes de fiscalização no contato direto com a população em situação de rua.

Nesse contexto e a partir dos questionamentos apresentados, informa-se que as Equipes da Subsecretaria de Fiscalização (SUFIS) são compostas por um profissional da área social ou humana, um Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental, agentes de campo e garis da Superintendência de Limpeza Urbana.

Informa-se, ainda, que a Guarda Municipal apenas acompanha as vistorias, dando suporte às abordagens e garantindo a integridade física, moral e a segurança de todos os presentes durante a ação - pessoas em situação de rua, munícipes que perpassam pelo local de atuação, moradores, comerciantes do entorno e membros da Equipe de Fiscalização.

Contudo, como se trata de órgão diverso, as presentes informações dizem respeito especificamente à SUFIS, deixando-se espaço à manifestação autônoma da Guarda Municipal.

Assim, a SUFIS atua por meio de ações de Gestão do Espaço Público ocupado por pessoas em situação de rua, através de um processo diferenciado de abordagem, definido a partir das diretrizes constantes na Portaria Conjunta Nº 01/17, publicada em 29 de setembro de 2017.

Ilma. Sra.

Adriana Branco Cerqueira

Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

Avenida Afonso Pena, nº 1212 – 2º andar – Centro – BH



Nesse contexto, cabe destacar que as equipes da SUFIS que atuam nesse processo são fixas e todos os envolvidos passam por capacitação periódica.

As ações fiscais, nos termos da Portaria Conjunta 01/17, são de caráter orientativo e realizadas por profissionais da área social ou humana, dentre os quais incluem-se profissionais que já possuem em sua formação capacitação adequada para trabalhar com as questões relativas à promoção da igualdade racial e dos direitos da população LGBT.

Nas abordagens orientativas, além do trabalho de conscientização da pessoa em situação de rua, é explicado como a ação fiscal se desenvolve, em que momento ela se realizará e quais os limites da ação fiscal, definidos na Portaria Conjunta.

Realiza-se, também, uma escuta ativa, a fim de identificar vínculos que possam auxiliar o processo daquela pessoa para a superação da rua.

Durante as abordagens orientativas, os profissionais da área social ou humana identificam situações ou questões de risco - a exemplo da presença de crianças, adolescentes, gestantes, pessoas com deficiência e idosos - e realizam os encaminhamentos às Secretarias de Assistência Social e Saúde.

Há de se ressaltar que, em muitos pontos, não há necessidade de realização de ação fiscal. As próprias pessoas em situação de rua, após abordagens orientativas, organizam-se minimamente, deixando o espaço livre para o trânsito e o acesso de todas as pessoas.

De outro lado, deve-se deixar claro que a SUFIS está aberta ao recebimento de qualquer denúncia, sugestão ou pedido de informação, contudo, nenhuma denúncia de abuso ou excesso cometido por agente foi recebida por esta Secretaria ou pela Corregedoria Geral do Município.

As ações são sempre coordenadas pelo profissional da área de ciências humanas ou sociais, que ficam incumbidos de realizar o diálogo humanizado com as pessoas em situação de rua, também durante a ação fiscal.

Só após intenso trabalho educativo, é que iniciamos as intervenções em um ponto determinado. Como o processo de diálogo é uma premissa no trabalho das Equipes da Secretaria Municipal de Política Urbana e primamos pelo respeito aos direitos das pessoas em situação de rua, não há que se falar em qualquer tipo de conduta arbitrária por parte dos membros de nossas Equipes.



Além disso, quaisquer denúncias recebidas em desfavor da atuação de servidores públicos municipais são encaminhadas e apuradas pela Corregedoria Geral do Município.

Por fim, no que tange ao Auto de Apreensão utilizado para estas ações, tem-se modelo oficial de Auto de Apreensão (arquivo anexo) utilizado para a aplicação das penalidades de apreensão realizadas pela Fiscalização de Controle Urbanístico e Ambiental.

Como não há obrigatoriedade das pessoas em situação de rua se identificarem para as Equipes, no Auto de Apreensão é indicado o local, data e hora em que a ação fiscal foi realizada, com a descrição dos itens apreendidos e alguma informação sobre a pessoa em situação de rua - primeiro nome, apelido ou alguma outra informação.

Antes de qualquer ação, verifica-se se há obstrução do logradouro público. As ações não são direcionadas às pessoas em situação de rua, e sim ao fenômeno da obstrução.

Durante as ações da Fiscalização, é garantida à pessoa em situação de rua a posse dos pertences pessoais, sendo assegurado ao mesmo fazer a separação, desmontagem, recolhimento e guarda dos objetos que possa portar consigo em seus deslocamentos, admitido o auxílio e a posse de um veículo de tração humana por pessoa, a exemplo do carrinho de recicláveis e do carrinho de supermercado.

Prima-se pela urbanidade e pelo respeito à dignidade da pessoa humana, respeitando a intimidade, as necessidades e a individualidade de cada pessoa. Os casos são tratados de forma específica, buscando compreender as necessidades e o tempo de cada um.

Seguem anexos os autos de apreensão lavrados entre janeiro e junho de 2019.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Maria Fernandes Caldas

Secretária Municipal de Política Urbana



Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

Referência: DIRLEG nº 1.610/2019 – Requerimento de Comissão nº 537/2019

Autoria: Vereadora Bella Gonçalves

Senhora Gerente,

Trata-se de resposta do Comandante da Guarda Civil Municipal e do Corregedor da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte ao Requerimento de Comissão nº 537/2019, de autoria da Vereadora Bella Gonçalves, recebida por meio do Sistema de Gestão de Demandas Parlamentares TAG-GP nº 147595, que dispõe sobre a atuação da Guarda Civil Municipal com a população em situação de rua, especialmente, nos abrigos públicos de Belo Horizonte.

Atenciosamente,

Genilson Ribeiro Zeferino - BM 114.508-6

Secretário Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP

À Senhora

Anita Carmela Militão de Pascali

Diretoria Técnico-Legislativa – Gabinete do Prefeito

Avenida Afonso Pena, 1212 – Centro

Belo Horizonte/MG

Assinado digitalmente por GENILSON
RIBEIRO ZEFERINO
CPF: 278.994.706-68
Data: 30/06/2020 14:14:44 -03:00



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção
Corregedoria da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte

CGBH/SMSP N.º 136/2019

Belo Horizonte, 11 de junho de 2019.

Assunto: Of. Dirleg nº 1.610/2019

REF.: Requerimento de Comissão nº 537/2019

Senhor Secretário,

Seguem as respostas dos questionamentos 2, 3, 4 e 5, do Requerimento de Comissão nº 537/2019:

2) Qual o órgão de controle nos casos de abuso?

Compete à Corregedoria da GCMBH a responsabilização dos servidores, conforme preconiza os artigos 133 e 134, da Lei Municipal 9.319/07 (Estatuto da GCMBH):

Art. 133 – As ações disciplinares relativas aos integrantes da Guarda Municipal de Belo Horizonte serão desenvolvidas pela Corregedoria da GMBH, à qual compete a orientação geral, mediante instruções e atos normativos, bem como a coordenação e a execução de todas as atividades relativas à disciplina dos servidores públicos da GMBH.

Art. 134 – À Corregedoria da GMBH serão encaminhadas as comunicações relativas a faltas disciplinares de seus integrantes, cabendo-lhe a iniciativa do procedimento, na forma prevista neste Estatuto.

Compete à Ouvidoria da GCMBH, conforme o Decreto Municipal nº 16.786/17, art. 14, o controle externo da atividade da Guarda Civil Municipal, sendo o canal de comunicação do munícipe e da sociedade civil organizada com o Poder Executivo, com atribuições, dentre outras, de:

Ilustríssimo Senhor

Genilson Ribeiro Zeferino

Secretário Municipal de Segurança e Prevenção

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP

NESTA



I – receber e encaminhar aos órgãos competentes demandas por serviço, denúncia, reclamação e elogio formuladas pelos cidadãos relacionadas à atuação dos servidores da administração municipal, em interface com a Corregedoria da Guarda Municipal de Belo Horizonte;

II – verificar a pertinência da denúncia ou reclamação e propor as medidas necessárias para o saneamento da irregularidade, ilegalidade ou arbitrariedade comprovada;

III – encaminhar à Corregedoria da Guarda Municipal de Belo Horizonte, os casos de denúncia de ato considerado ilegal, irregular, abusivo, arbitrário, desonesto ou indecoroso, praticado por agentes públicos da estrutura funcional da Guarda Municipal de Belo Horizonte;

3) Há processos administrativos atualmente em tramitação para averiguação de eventuais abusos cometidos por agentes em contato com população de rua?

Sim. Atualmente tramitam nesta Corregedoria três procedimentos administrativos disciplinares, quais sejam: Sindicância 162/2018, Sindicância 175/2018 e Sindicância 047/2019.

4) Quais os principais motivos das denúncias contra integrantes da Guarda Municipal quando a vítima é uma pessoa em situação de rua?

As denúncias realizadas em referidos procedimentos tratam de possíveis abordagens com falta de zelo e urbanidade e abusos de poder, caracterizados por agressões físicas, agressões verbais e ameaças.

5) Dos casos denunciados, quais os resultados das apurações?

Todos os casos finalizados, de 2017 até a presente data, foram arquivados. As fundamentações dos arquivamentos foram por falta de prova da existência do fato ou da sua autoria ou por falta de prova suficiente à aplicação da penalidade administrativa.

Respeitosamente,

Marconi Guimarães Rosa

Corregedor da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte

Paola Cristina Soares

Ouvidora da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte



Ofício GAB COMANDO/EXTER nº 126/2019

Belo Horizonte, 27 de maio de 2019.

Ref.: Ofício Dirleg nº 1.610/19 – Câmara Municipal de Belo Horizonte
Anexo.: Ofício 006/INTER/IFARF/2019.

Sr. Secretário,

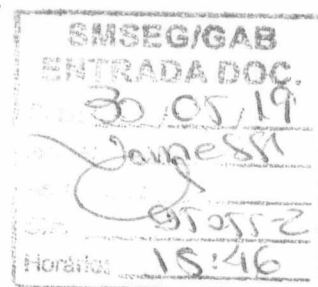
Ao cumprimentar Vossa Senhoria, e em atenção ao documento em epígrafe, sirvo-me do presente expediente para encaminhar ofício em anexo, a fim de subsidiar a resposta junto ao Legislativo Municipal.

Na oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Rodrigo Sérgio Prates – 80002-7
Comandante da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte
Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte-GMBH

Genilson Ribeiro Zeferino
Secretário Municipal de Segurança e Prevenção - SMSP
Rua dos Carijós, 126, 3º Andar - Centro
Belo Horizonte - MG





Ofício 006/INTER/IFARF/2019.

Belo Horizonte, 27 de Maio de 2019.

Assunto: Resposta ao Ofício Dirleg nº 1.610/19 – Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Senhor Diretor,

Ao cumprimentar vossa senhoria, sirvo-me do presente expediente para lhe informar que, em 13maí2019, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio do “Requerimento de Comissão” nº 537/19, de autoria da vereadora Bella Gonçalves, requisitou esclarecimento notadamente sobre as seguintes perguntas que se seguem já acompanhadas das respostas: ,

1 – No que toca à atuação dos Guardas Municipais nos abrigos públicos de Belo Horizonte e no acompanhamento das equipes de fiscalização atreladas à Subsecretaria de Fiscalização, que informem como se dá a operacionalização da atuação das equipes em contato direto com a população em situação de rua:

a) As equipes são fixas?

Inicialmente, esclarecemos que a Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (GCMBH), garante a proteção dos bens, serviços, instalações da prefeitura e a segurança da própria sociedade belorizontina. Nesse sentido, sua atuação nos abrigos públicos da capital e no acompanhamento das equipes de fiscalização, ocorre por meio de equipes fixas, ressalvadas as situações em que há a necessidade de cobertura de efetivo motivada por gozo de férias ou licença médica de servidores. No que tange ao contato direto com a população de rua, inicialmente informamos que, esta se fundamenta na Lei Federal 13.022/14 (Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais) e na Lei Municipal 9.319/07 (Institui o Estatuto da Guarda Municipal de Belo Horizonte), que determinam como princípios norteadores, a proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas, o respeito à dignidade humana, à cidadania, à justiça, à legalidade democrática, à coisa pública, dentre outros. Em um segundo plano, a instituição conta ainda com um Manual de Diretrizes da Rotina Operacional, que norteia as ações todas as ações de seus agentes e, especificamente, em relação a atuação das equipes em contato direto população em situação de rua, o documento preceitua as seguintes condutas:

4.20. Conceitos e procedimentos relacionados à atuação da GCM envolvendo pessoa(s) em situação de rua: o desabrigado e o sem-teto.

I - Considerações Iniciais



A Organização das Nações Unidas define dois conceitos relativos à pessoa em situação de rua: o desabrigado e o sem-teto.

- O desabrigado representa um indivíduo que vive nas ruas por lhe faltar residência, devido a tragédias naturais, guerras, desemprego em massa, falta de renda, dentre outros.
- O sem-teto define-se pela pessoa – ou família – sem abrigo que sobrevém à vida nas ruas. Eles carregam suas posses consigo, pernoitando nas ruas, nas estradas ou cais, ou em qualquer outro local, a partir de uma trajetória mais ou menos aleatória.

Conforme Decreto Federal nº 7053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, conceitua-se população em situação de rua o “Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

II - Procedimento no caso de solicitação de desobstrução do logradouro público (praças, calçadas, jardins, etc.):

Se não há flagrante de delito ou fundada suspeita, mesmo diante de solicitação ou clamor público, o Guarda Municipal não deverá executar a desobstrução de retirada de pessoa(s) em situação de rua. Neste caso, após orientar o reclamante dos procedimentos pertinentes, o GCM deverá acionar a estrutura administrativa municipal através da Central de Coordenação Geral (CECOGE), que por sua vez comunicará a demanda aos órgãos da PBH, para que as ações sejam planejadas e implementadas em conformidade com a legislação vigente.

III – Procedimento no caso de abordagem por fundada suspeita ou diante do cometimento de crime ou contravenção:

- fique atento à segurança da equipe, calcule a quantidade de abordados para uma atuação segura;
- na vistoria do local, primeiramente, afaste o abordado dos materiais ali existentes, tais como pedaços de madeira, barras de ferro e similares que possam ser utilizados contra a guarnição;
- na busca pessoal, quando em contato físico com o abordado, o uso de EPI dependerá da análise do agente no momento da abordagem, tal como o uso de luvas látex. Lembre-se de que os procedimentos de segurança do GCM não serão diferentes daqueles utilizados em qualquer outro cidadão;
- considerar e tratar a pessoa em situação de rua como cidadão de direitos, garantindo-lhe proteção e segurança, reconhecendo a vulnerabilidade da pessoa abordada, garantindo a isonomia (igualdade e equidade) do tratamento, sendo cauteloso com pertences alheios no local;



- quando fizer a verificação nos pertences, seja cuidadoso. Lembre-se de que esses objetos têm grande importância para o dono, e caso não constitua ilícito, não podem ser apreendidos pelas autoridades.
- informe ao cidadão sobre a existência de instituições de acolhida que podem abrigá-lo de forma segura e, sendo possível, ajude-o a encontrar uma instituição que o receba. É valoroso que o profissional de segurança pública tenha conhecimento dos serviços assistenciais existentes e que estão disponíveis no site da PBH.

b) Há treinamento específico para a atuação junto a grupos de risco social?

Esclarecemos que, com base na Instrução Normativa nº 131/2018 da Polícia Federal e na Portaria 003/2019 da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, o efetivo da GCMBH é submetido anualmente a um Estágio de Qualificação Profissional - EQP, que objetiva o alinhamento e aprimoramento das práticas e conhecimentos técnicos adquiridos através da formação inicial, bem como das vivências do dia-a-dia de cada agente, sempre, com vistas à eficiência nos serviços prestados para que possam atuar corretamente diante das demandas sociais. Nessa linha, ressalta-se ainda que, o EQP compreende uma carga horária de 20 horas/aulas, na modalidade presencial, e para seu compêndio integral também é contabilizada uma carga complementar através dos cursos à distância oferecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), palestras, seminários e cursos avulsos realizados de forma presencial com pertinência temática com o cargo público efetivo/posto hierárquico servidor. Dessa forma, em relação aos grupos sociais, o efetivo já foi submetido a cursos, palestras, seminários e treinamentos com as seguintes temáticas: relações interpessoais (o homem como ser social); ética, cidadania e direitos humanos aplicados a atividade policial; formação de técnicos em direitos sociais dos imigrantes internacionais; excelência no atendimento e abordagem; atendimento às mulheres em situação de violência; enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes; prevenção e enfrentamento à tortura; programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte; prevenção da letalidade de crianças e adolescentes; população em situação de rua; dentre outros.

c) Há capacitação em promoção da igualdade racial?

Com base nas mesmas premissas elencadas anteriormente, em relação à capacitação em promoção da igualdade racial, foram oferecidos cursos, palestras, seminários e treinamentos com as seguintes temáticas: racismo institucional; atuação policial frente aos grupos vulneráveis; filosofia dos direitos humanos aplicada à atuação policial; filosofia dos direitos humanos aplicada à atuação policial: casos práticos; dentre outros.

d) Há capacitação em promoção dos direitos da população LGBT?

Também com base nas mesmas premissas elencadas na resposta a pergunta de letra b, esclarecemos que, em relação à temática de promoção dos direitos da população LGBT, foram oferecidos cursos, palestras, seminários e treinamentos como: capacitação de



multiplicadores "**LGBT**" no atendimento ao público no carnaval e; segurança pública sem homofobia.

2 – Qual o órgão de controle no caso de abusos?

Informamos que, o controle em relação aos casos de abusos ocorre por meio da Ouvidoria do Município ou da Corregedoria da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte - CGCMBH.

Por fim, em relação às perguntas 3, 4 e 5, esclarecemos que, de acordo com a Lei Municipal 9.319/2007, as ações disciplinares relativas aos integrantes da GCMBH, são desenvolvidas pela CGCMBH, portanto, sugerimos encaminhar a solicitação de resposta a esta casa correcional.

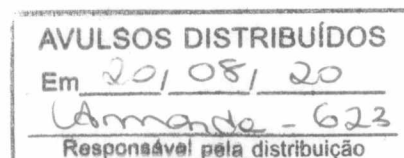
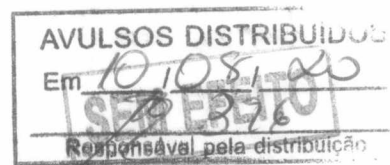
Sem mais, reiteramos nossos préstimos de estima e consideração, nos colocando a disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,


Erick Alves **Policarpo**

Inspetoria de Feitos Administrativos e Registros Funcionais - GCMBH

Ao: Diretor de Inteligência e Controle Institucional da Guarda Municipal de Belo Horizonte.
José Oliveira Luz.
Avenida Dos Andradas, 915, Centro - Belo Horizonte/MG.





OF. GABPREF/DALE Nº 225/2020

Belo Horizonte, 10 / 08 / 2020

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 541/2019** – Vereador Fernando.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 541/2019, de autoria do Vereador Fernando Borja, que solicita informações sobre os ambulantes cadastrados no município de Belo Horizonte.

Consultada, a Secretaria Municipal de Política Urbana emitiu resposta por meio do Ofício SMPU/GP-DTEL Nº 869/2020, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



OFÍCIO SMPU/GP-DTEL Nº 869/2020

REF.: DEMANDA 148089 – VEREADOR FERNANDO BORJA

Belo Horizonte, 10 de julho de 2020

Prezada Diretora,

Em atualização ao OFÍCIO SMPU/GP-DTEL Nº 859/2019, enviado em 24 de julho de 2019, encaminhamos o presente expediente.

Informamos que no mês de maio de 2019, a Prefeitura de Belo Horizonte lançou o Programa “Jornada Produtiva”, com o objetivo de criar novas oportunidades de renda e regularizar a situação de muitos trabalhadores a partir do licenciamento ampliado de atividade de comércio popular.

Atualizando os dados do Programa “Jornada Produtiva”, temos os seguintes números de licenciados por categoria:

Tabela 1 - Total de licenças por categoria

Categoria	Total Licenciados
Ambulante - Veículo de Tração Humana	182
Atividade em veículo automotor	315
Comércio em logradouro por pessoa com deficiência	109
Boxes ocupados em shopping popular (cus)	264
Feirante	291
Total dos beneficiados	1161

A emissão das licenças para os novos editais publicados em 2019 que contemplam as atividades em veículo de tração humana (food bike e carrinho de empurrar) e veículo a automotor, devido a pandemia, foram suspensas. Até a suspensão foram emitidas 8 licenças para veículo de tração humana e 53 para veículo automotor. Essas licenças já estão somadas dentro da tabela 1.

Ilma. Sra.
Anita Carmela Militão Pascali
Diretoria Técnico-Legislativa/GP
Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar - Centro

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA
AVENIDA ALVARES CABRAL, 217 – 6º ANDAR
CEP: 30.170-000 – tel.: (31) 3246-0090 - smpu@pbh.gov.br



Referente ao Decreto nº 17.130/19, que autorizou a renovação das licenças que estavam há mais de 90 dias vencidas, foram renovadas 70 licenças para veículo automotor e 14 de veículo de tração humana. Essas licenças já estão somadas dentro da tabela 1.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

Maria Fernandes Caldas
Secretária Municipal de Política Urbana

AVULSOS DISTRIBUÍDOS	
Em	10/08/20
	396
Responsável pela distribuição	



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **541/2019**

Senhor (a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48, II do Regimento Interno, e com base na competência desta comissão descrita no art. 52, inciso VIII, alínea h) seja encaminhado ao Exmo Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, pedido de informação sobre o seguinte tema:

- Quantos ambulantes já cadastrados existem no município de Belo Horizonte?
- Quantas vagas de ambulantes serão disponibilizadas para cadastramento até o final do mandato Executivo?
- Quantos ambulantes já estão inscritos para receber licença?
- Qual a estimativa de ambulantes cadastrados e não cadastrados existe hoje no município de Belo Horizonte?

Belo Horizonte, 10 de maio de 2019.

Vereador
Fernando Borja

Ao Senhor Vereador Pedro Patrus

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

REQUERIMENTO ANALISADO

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>10 / 05 / 19</u>
<u>Incidência - 593</u>
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 541 / 2019

Solicitação relativa a:

- ☒ Pedido de Informação, encaminhado por meio da Mesa
- ☐ Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa
- ☐ Envio de Ofício
- ☐ Apresentação de Indicação de autoria da Comissão
- ☐ Apresentação de Moção de autoria da Comissão
- ☐ Outros tipos: _____

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor deliberou por:

- ☐ alterar oralmente as características da solicitação aprovada.
- ☐ adiar a apreciação do requerimento.
- ☐ rejeitar o requerimento.
- ☒ aprovar o requerimento.
- ☐ outros: _____
- _____
- _____
- _____
- _____

12ª Reunião Ordinária

Em 13 / 05 / 2019


Presidência da reunião

Vereadora/vereador Pedro Patrício

Avulsos distribuídos em:

13 / 05 / 2019

Alcuberto
Secapc

Responsável Divapc: Fabiana / Larissa

Responsável Divcol: Larissa / Leonardo



OF. GABPREF/DALE Nº 230 /2020

Belo Horizonte, 10 /08 /2020

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 747/2019** – Vereadores Bella Gonçalves e Pedro Patrus – encaminhado pelo ofício Of. DIRLEG Nº 2.514/19, de 02/07/19.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 747/2019, de autoria dos Vereadores Bella Gonçalves e Pedro Patrus, que solicita informações sobre a atuação de fiscais da Prefeitura de Belo Horizonte na Casa do Saber.

Consultada, a Secretaria Municipal de Política Urbana emitiu resposta por meio do Ofício SMPU/GP-DTEL nº 883/2020, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SMPU/GP-DTEL nº 883/2020

REF.: DEMANDA 157814

Belo Horizonte, 06 de julho de 2020.

Prezada Diretora,

Em atualização ao OFÍCIO SMPU/GP-DTEL Nº 894/2019, enviado em 01 de agosto de 2019, encaminhamos o presente expediente.

Em relação à demanda citada, temos a prestar os seguintes esclarecimentos:

Quesito 01 – O que motivou a ação?

Resposta - Reclamação no SACWEB nº 285324810.

Quesito 02 – Qual o motivo da ação truculenta, uma vez que o projeto é monitorado pela PBH, e possui canal direto de diálogo com os mesmos? Por que eles não foram procurados com antecedência para discutir uma solução?

Resposta – Antes de adentrar propriamente ao questionamento do quesito, é importante informar em síntese como foi implantado o projeto.

Em 04/12/17 a Secretaria de Planejamento Urbano – SUPLAN aprovou o projeto mobiliário de livros – Casa da Arvore. O referido projeto foi executado pela GERMA-O e entregue em meados de fevereiro/18.

Ocorre que após a referida implantação, o Sr. Klinger Douglas vinha constantemente alterando o referido projeto sem a devida autorização da PBH. Diante desta intervenção, a Subsecretaria de Fiscalização – SUFIS, por meio de equipe especializada, iniciou um trabalho educativo de conscientização, a fim de que o Sr. Klinger Douglas adequasse ao projeto original.

As referidas abordagens se deram nos dias 02/04/2018, 10/09/2018, 23/11/2018, 13/12/2018, e em todas elas, além de constatar a alteração do projeto, eram realizados diálogos sempre buscando esclarecê-lo quanto às adequações necessárias.

Vale ressaltar, em especial, que no dia 04/01/2019 foi realizada reunião na Diretoria de Fiscalização Oeste, estando presentes o Sr. Klinger Douglas, o Diretor de Fiscalização, Sr. Aldo Alves; a Diretora de Planejamento de Fiscalização, Sra. Raquel Guimarães; e o Supervisor de Ações Fiscais de Espaço Urbano, Sr. Thiago Antunes, na qual ficou estabelecido através de ata que o Sr. Klinger Douglas comprometer-se-ia a adequar o espaço em conformidade com o projeto original.

Ilma. Sra.

Anita Carmela Militão Pascali

Diretoria Técnico-Legislativa/GP

Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar - Centro



Após a referida reunião, foram realizadas novas abordagens, nos dias 29/01/2019, 11/03/2019, 12/03/2019, 15/03/2019, 19/06/2019, 02/07/2019, 03/07/2019 para verificar o compromisso firmado. Entretanto em todas as abordagens verificou-se que o Sr. Klinger Douglas não tinha cumprido o combinado. Diante de todo o exposto não nos restou outra alternativa a não ser o de cumprimento da legislação de posturas.

A ação fiscal se deu na mais restrita legalidade, conforme preceitua o artigo 6A, 17 da Lei 8616/03 combinado com as penalidades do item 01 do anexo I do Decreto 14.060/13, observando ainda os princípios norteadores do direito.

Sendo assim, não ocorreu nenhuma conduta arbitrária ou ação truculenta.

Quesito 03 – Qual o motivo do projeto arquitetônico não ter sido executado de acordo com a demanda do local, como mesa para leitura e cobertura para as estantes de livros? Esse projeto foi discutido anteriormente com as pessoas interessadas?

Resposta – Para o desenvolvimento do projeto, foi realizada uma reunião com a participação de representantes da comunidade, bem como do Sr. Klinger Douglas. O entendimento da SMPU é de que a demanda foi atendida, visto que os mobiliários projetados atendem à solicitação pela guarda de livros e permitem a continuidade do projeto social de biblioteca coletiva existente. Deve-se ressaltar que a proposta considerou a necessidade de evitar maiores impactos na paisagem e, especialmente, a necessidade de limitação da ocupação - trata-se de um projeto para mobiliário urbano e não de uma edificação, visto que esta não é admitida em logradouro público pela legislação de posturas. Para proporcionar maior comodidade aos munícipes interessados pela leitura, foram instalados bancos no entorno e, para a proteção dos livros frente às intempéries, foram instaladas coberturas nos mobiliários, além da indicação no projeto da instalação de toldo rolô para áreas externas, que não foi implantado.

Quesito 04 – Será feita nova intervenção no local a fim de adequar o projeto arquitetônico com as necessidades que o espaço exige e que são uma reivindicação da comunidade?

Resposta – Até o momento não há previsão para revisão do projeto.

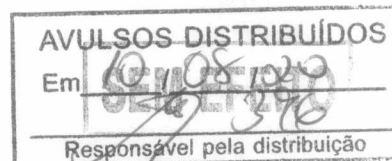
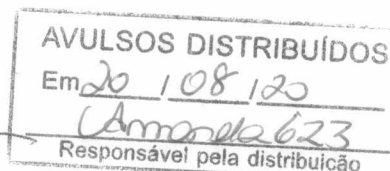
Encaminhamos, anexa, cópia do processo administrativo.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,


Maria Fernandes Caldas

Secretária Municipal de Política Urbana





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
747/2019

PROTOCOLIZADO EM PLENÁRIO
01 / 07 / 19
às 13 h 46 min
<i>Olivia</i> / 218
Responsável

Senhor (a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, pedido de informação ao Sr. Prefeito Alexandre Kalil, para responder questões sobre a atuação de fiscais da Prefeitura de Belo Horizonte na Casa do Saber.

1 – O que motivou a ação no local?

2 – Qual o motivo da ação truculenta, uma vez que o projeto é monitorado pela PBH, e possui canal direto de diálogo com os mesmos? Porquê eles não foram procurados com antecedência para discutir uma solução?

3 – Qual o motivo do projeto arquitetônico não ter sido executado de acordo com a demanda do local, como mesa para leitura e cobertura para as estantes de livros? Esse projeto foi discutido anteriormente com as pessoas interessadas?

4 – Será feita nova intervenção no local a fim de adequar o projeto arquitetônico com as necessidades que o espaço exige e que são uma reivindicação da comunidade?

Belo Horizonte, 01 de julho de 2019.

Bella Gonçalves

Pedro Patrus

Líder do PT

Ao Senhor Vereador Pedro Patrus

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº 747 / 2019

Solicitação relativa a:

- ☒ Pedido de Informação, encaminhado por meio da Mesa
- () Solicitação de Estudo Técnico à Consultoria Legislativa
- () Envio de Ofício
- () Juntada de Documentos
- () Apresentação de Indicação de autoria da Comissão
- () Apresentação de Moção de autoria da Comissão
- () Outros tipos: _____

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor deliberou por:

- () alterar oralmente as características da solicitação aprovada.
- () adiar a apreciação do requerimento.
- () rejeitar o requerimento.
- ☒ aprovar o requerimento.
- () outros: _____
- _____
- _____
- _____
- _____

19ª Reunião Ordinária

Em 01 / 07 / 2019


Presidência da reunião - ASSINATURA

Vereadora/Vereador Edro Patrus

Avulsos distribuídos em:

01 / 07 / 2019

Secapc
Secapc

Responsável Divapc: forina / Alex

Responsável Divcol: Leonardo



OF. GABPREF/DALE Nº 228 /2020

Belo Horizonte, 10 /08 /2020.

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 842/2019** – Vereadora Bella Gonçalves e Vereador Pedro Patrus.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 842/2019, de autoria da Vereadora Bella Gonçalves e do Vereador Pedro Patrus, que solicita informações acerca da ocupação situada nas proximidades da Rua Inácio Pereira Neves, no Bairro Havaí.

Consultada, a Secretaria Municipal de Política Urbana emitiu resposta por meio do Ofício SMPU/GP nº 879/2020, conforme cópia anexa.

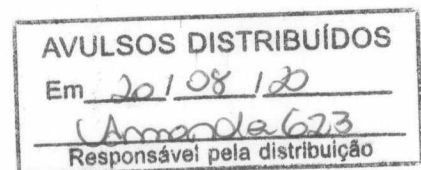
Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL





Ofício SMPU/GP nº 879/2020

Ref.: Of. Dirleg nº 2.840/19 - Requerimento de Comissão nº 842/2019.

Belo Horizonte, 10 de julho de 2020.

Prezada Senhora,

Em atualização ao OFÍCIO SMPU/GP Nº 919/2019, enviado em 07 de agosto de 2019, encaminhamos o presente expediente.

Em resposta ao Requerimento de Comissão nº 842/2019, dos vereadores Bella Gonçalves e Pedro Patrus, acerca de ocupação situada nas proximidades da Rua Inácio Pereira Neves, no Bairro Havaí – notificada pela Prefeitura Municipal para desocupação e demolição – temos a esclarecer que a área em análise está situada entre três bairros aprovado pelo Programa BH Legal: o antigo Bairro Jardim Estrela Dalva (CP 254.003-M), atual Bairro Havaí, o antigo Bairro Chácara das Palmeiras e Sitio das Palmeiras (CP 264.001-M), atual Bairro Palmeiras, e o antigo Bairro Chácara das Palmeiras (CP 273.005-M), atual Bairro Buritis, configurando uma localidade sem cadastro de parcelamento aprovado pelo Município.

De acordo com SGBI – Sistema de Consulta de Bens Imóveis da Prefeitura trata-se de um bem imóvel público ocupado irregularmente, com área de 2.402,00 m², proveniente do parcelamento cujo número de CP é 254.003-M. Parte da área corresponde a sistema viário e parte a praça, conforme pode ser visualizado pela planta CP, quando da aprovação do Bairro Havaí. O parcelamento foi aprovado em 1979; contudo, não há informações relativas à implantação da praça, de modo que não é possível afirmar se a ocupação se deu sobre praça implantada ou de ocorreu em área remanescente de parcelamentos aprovado pelo Programa BH Legal.

Conforme zoneamento em vigor, Lei nº 11.181/19, a área está classificada como zona de ocupação moderada 2 - OM-2.

Ilma. Sra.

Adriana Branco Cerqueira

Chefe de Gabinete do Prefeito

Avenida Afonso Pena, 1212 – 2º andar - Centro

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA
AVENIDA ALVARES CABRAL, 217 – 6º ANDAR
CEP: 30.170-000 – tel.: (31) 3246-0090 - smpu@pbh.gov.br

SUBAM: LUCIANA COSTA, CISELLA LOBATO E JOSÉ WILIO RODRIGUES VIEIRA



Em que pese o parcelamento anteriormente aprovado, a ocupação atual está consolidada, sendo os domicílios construídos em alvenaria, devidamente cobertos e acabados, com a presença de infraestrutura regular de esgotamento sanitário, água e energia elétrica, além de longo tempo de permanência na localidade. Cabe, contudo, destacar que, atualmente, a mesma não se encontra dentre as reconhecidas como de interesse social para fins de regularização fundiária, não tendo sido demarcada como AEIS no novo Plano Diretor, tampouco incluída dentre as constantes do Decreto nº 16.888/18. Dito isso, não existe previsão de tratamento da questão a partir dos instrumentos legais vigentes, estando os ocupantes sujeitos a ação fiscal.

Sem mais para o momento, estamos à disposição para debater as questões relativas a área.

Atenciosamente,

Maria Fernandes Caldas
Secretária Municipal de Política Urbana

APROVADO PELO DECRETO 3523 DE 05/07/79.

[illegible]

Martin James Collie de Barbuda
ICE NUMBER 15 0000

249PF342460AC16 EAFRE 38 ACWECOR 508 03447E WOFB
 20 843800 440000 8 04 20 240000 881800 04 04
 440000 881800 04 04 240000 881800

1	75
2	76
3	27
4	78
5	29
6	25
7	21
8	22
9	25
10	24
11	24
12	22
13	22
14	21
15	20
16	20
17	21
18	22
19	23
20	24

NR14 DATA CONFORME VERIFICAÇÃO DE QUANTIDADE CONSTANTE DO PROCESSO 01: 110.580/16 (7 FOL) ALTERADA A DIVISÃO ENTRE OS LOTES 030 E 031 DO QUARTERÃO 028, PASSANDO DE 8,02 M PARA 78,00 M PARA A SUA CORRETA CARACTERIZAÇÃO.

AVULSOS DISTRIBUIDOS

Em 20/08/20

Response

distribuição

AVULSOS DISTRIBUIDOS

Em 10/10/2011

Responsável pela distribuição:



OF. GABPREF/DALE Nº 243/2020

Belo Horizonte, 14 / 08 / 2020

Assunto: Resposta complementar ao **Requerimento de Comissão nº 159/2020** – Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella – encaminhado pelo ofício Of. DIRLEG Nº 515/20, de 03/03/2020.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 159/2020, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, que solicita informações sobre as ações desenvolvidas pelo Programa Estrutural de Áreas de Risco (PEAR), no Bairro Novo São Lucas, diante da situação de emergência e calamidade pública do Município.

Consultada, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte manifestou-se por meio do Ofício 0113/2020/URBEL/GP-DTEL já remetido a essa Câmara Municipal por meio do OF. GABPREF/DALE Nº 058/2020, de 17/06/2020.

Em complementação à referida resposta, segue anexa manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Ofício SMSA/DALE nº 0430/2020.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Gabinete do Prefeito

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SMSA/DALE n.º 0430/2020

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2020.

Assunto: TAG 211228

Prezado (as) Senhores (as),

Em atenção à solicitação de resposta à demanda registrada no Sistema TAG - Gestão de Demandas sob o n.º 211228, de autoria da Ex.^{ma} Sr. Vereadora Bella Gonçalves e da Ex.^{ma} Sr. Cida Falabella, informamos que as ações de zoonoses que foram desenvolvidas na região do Novo São Lucas por ocasião das fortes chuvas de janeiro e fevereiro.

Naquele momento, após a retirada dos moradores devido ao risco de desabamento de residências, a equipe de zoonoses da área do Centro de Saúde Nossa Senhora Aparecida intensificou as ações de controle de arboviroses e deu ênfase às atividades e orientações para o controle de roedores visando a prevenção de casos de leptospirose.

A gerente da Unidade participou ativamente repassando informes sobre arboviroses de leptospirose ao Conselho Local e usuários do Centro de Saúde.

Não houve registro de demanda por recolhimento de animais na região devido desalojamento causado pelas chuvas.

Ressaltamos que este ofício contempla o requerimento no que diz respeito à Saúde, as informações referente a outros órgãos da serão respondidas diretamente por seus dirigentes.

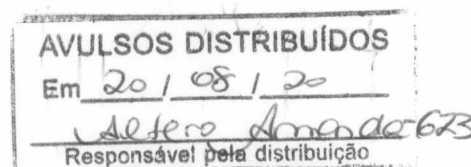
À disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Jackson Machado Pinto
Secretário
Secretaria Municipal de Saúde/SMSA

Ao Senhor
Guilherme Barcelos
Diretor de Acompanhamento Legislativo - DALE

À Senhora
Dirlaine Machado
Gerência Técnico Consultiva – GETC





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
Presidência

Ofício FHEMIG/PRESIDENCIA nº. 325/2020

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2020.

À Senhora
Ver. Nely Aquino
Presidente CMBH
Câmara Municipal de Belo Horizonte
CAPITAL

Assunto: **Of. Dirleg nº 1.905/20 - Requerimento de Comissão nº 526/20**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 2270.01.0032898/2020-11].

Senhora Vereadora,

Considerando o Of. Dirleg nº 1.905/20 (17629817) o qual encaminhou o Requerimento de Comissão Nº 526/20, envio Memorando.FHEMIG/DCGI.nº 162/2020 (18300535), planilha (18274042) e planilha de custos (18357586) da Diretoria de Contratualização e Gestão da Informação da Fundação com os devidos esclarecimentos referentes ao Hospital Galba Velloso e Instituto Raul Soares.

Atenciosamente,

Fábio Baccheretti Vitor
Presidente - FHEMIG



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Baccheretti Vitor, Presidente(a)**, em 19/08/2020, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18332993** e o código CRC **7ABBA6D3**.

Referência: Processo nº 2270.01.0032898/2020-11

SEI nº 18332993

|Alameda Vereador Álvaro Celso, 100 - Bairro Santa Efigênia - Belo Horizonte - CEP 30.150-260



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
FHEMIG/Diretora de Contratualização e Gestão da Informação

Memorando.FHEMIG/DCGI.nº 162/2020

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2020.

Para: Fábio Baccharetti Vítor

Presidente

Assunto: Of. Dirleg nº 1905/20

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 2270.01.0032898/2020-11].

Prezado Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, e em atenção ao Of. Dirleg nº 1905/20, versando sobre informações relativas aos hospitais especializados no cuidado a pacientes da saúde mental de Belo Horizonte, quais sejam o Hospital Galba Veloso e o Instituto Raul Soares, encaminho planilha (18274042) elaborada pela Gerência de Tecnologia e Gestão da Informação, com base nos dados extraídos do MS/DATASUS/TABWIN, para subsidiar resposta desta Presidência.

Por oportuno, informo que, como o Sistema de Gestão SIGH, utilizado na FHEMIG foi implantado em 2007, não temos dados disponíveis por cidades para informar, anterior a este período, e em 2020 estão disponíveis somente as competências de Janeiro, Fevereiro e Março.

Atenciosamente,

Camila Barbosa Neves

Diretora de Contratualização e Gestão da Informação



Documento assinado eletronicamente por **Camila Barbosa Neves, Diretor(a)**, em 18/08/2020, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18300535** e o código CRC **445586B3**.

Curva Tendência Custos FHEMIG				
Valores corrigidos pelo índice IGP - Saúde				
Período 2014 - 2019				
Ano	Instituto Raul Soares		Hospital Galba Velloso	
2014	R\$	27.715.290,50	R\$	33.676.363,61
2015	R\$	29.201.649,02	R\$	34.864.622,38
2016	R\$	28.844.742,69	R\$	33.923.995,78
2017	R\$	25.451.803,45	R\$	32.723.437,96
2018	R\$	28.386.901,47	R\$	33.114.011,93
2019	R\$	28.634.428,71	R\$	34.324.110,62

Município de Residência	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	jan a mar/2020	TOTAL POR MUNICÍPIO	%
310620 Belo Horizonte	1144	1229	1212	1242	1227	1101	1077	1023	961	682	524	593	349	99	12.463	47%
315670 Sabará	129	90	139	122	127	114	132	121	150	176	146	169	114	33	1.762	7%
311860 Contagem	123	136	158	166	157	168	109	94	79	88	44	82	65	20	1.489	6%
315460 Ribeirão das Neves	80	74	84	117	124	145	145	100	83	87	73	104	141	32	1.389	5%
315780 Santa Luzia	146	111	77	45	34	36	70	70	56	44	18	39	34	9	789	3%
317120 Vespasiano	35	69	60	61	66	80	63	76	51	44	71	48	53	3	780	3%
312980 Ibirité	28	53	22	26	20	32	40	37	43	42	21	40	35	8	447	2%
313760 Lagoa Santa	5	3	10	8	27	18	13	29	34	30	32	41	31	6	287	1%
314480 Nova Lima	16	7	19	36	23	13	17	15	19	11	10	28	29	3	246	1%
313460 Jaboticatubas	11	22	36	27	19	19	14	17	25	28	15	3	0	0	236	1%
313380 Itaúna	1	0	2	4	17	23	28	27	29	34	31	23	7	1	227	1%
316720 Sete Lagoas	8	10	21	15	16	23	21	31	16	29	10	12	15	0	227	1%
310670 Betim	11	19	13	13	15	19	12	29	27	20	11	20	9	6	224	1%
312410 Esmeraldas	12	8	18	12	23	17	8	9	10	14	16	19	17	2	185	1%
314610 Ouro Preto	6	9	8	4	7	18	19	14	8	13	21	16	19	3	165	1%
314930 Pedro Leopoldo	13	7	11	19	19	15	3	6	11	11	20	15	10	1	161	1%
313190 Itabirito	21	19	19	25	26	15	13	2	5	8	3	0	0	1	157	1%
312090 Curvelo	20	11	26	9	3	1	7	0	10	13	4	9	0	5	118	0%
314330 Montes Claros	1	2	1	11	0	16	19	8	5	3	17	14	16	4	117	0%
316800 Taiobeiras	0	0	11	12	13	12	13	12	12	12	12	5	0	0	114	0%
312770 Governador Valadares	2	2	1	2	16	19	14	18	9	5	6	7	6	2	109	0%
313170 Itabira	7	9	17	11	13	6	7	8	9	6	2	8	2	2	107	0%
315210 Ponte Nova	0	0	5	2	15	12	14	10	9	10	4	15	6	2	104	0%
314110 Matozinhos	4	1	4	3	7	14	19	7	4	4	10	11	9	1	98	0%
311750 Conceição do Mato Dentr	6	10	12	8	9	8	5	2	1	0	10	6	8	4	89	0%
314810 Patrocínio	13	10	12	12	13	12	12	1	0	1	0	0	3	0	89	0%
316295 São José da Lapa	1	7	4	7	6	7	6	0	12	9	13	3	0	0	75	0%
313665 Juatuba	4	9	10	1	1	2	2	3	6	11	1	6	14	1	71	0%
315390 Raposos	7	5	14	7	8	0	4	10	2	3	4	3	2	1	70	0%
314000 Mariana	7	12	10	8	5	2	6	2	3	5	3	2	4	0	69	0%
313940 Manhuaçu	2	0	10	6	6	7	5	3	5	7	5	3	7	1	67	0%

313620 João Monlevade	10	10	2	3	10	3	6	4	3	6	3	3	1	1	65	0%
311450 Carmópolis de Minas	1	0	5	2	5	3	7	0	8	3	3	12	10	3	62	0%
315720 Santa Bárbara	10	2	3	5	5	8	3	1	2	1	1	4	11	4	60	0%
311940 Coronel Fabriciano	2	7	6	3	3	2	7	0	7	10	4	2	4	1	58	0%
316553 Sarzedo	2	1	5	5	10	6	4	2	0	5	5	3	7	2	57	0%
313130 Ipatinga	6	9	2	2	8	0	10	0	6	7	0	2	0	0	52	0%
312160 Diamantina	8	3	2	5	10	0	2	2	5	2	4	6	2	0	51	0%
313010 Igarapé	5	10	1	1	2	3	2	5	4	3	5	3	5	1	50	0%
315200 Pompéu	1	1	0	4	4	6	8	7	6	5	3	0	1	0	46	0%
315680 Sabinópolis	1	1	5	10	9	5	3	5	0	1	1	1	3	0	45	0%
316710 Serro	1	10	2	1	6	1	0	0	0	14	0	2	4	2	43	0%
316100 São Domingos do Prata	0	2	5	6	4	1	4	2	11	1	3	2	0	1	42	0%
310110 Aimorés	0	0	1	1	1	1	16	1	5	6	0	7	2	0	41	0%
314070 Mateus Leme	1	1	4	8	3	4	10	0	1	0	1	2	3	3	41	0%
316190 São Gonçalo do Rio Abaixo	2	0	3	2	0	6	3	3	5	7	8	1	1	0	41	0%
311250 Capim Branco	8	7	0	1	2	3	3	0	8	4	3	0	0	0	39	0%
311840 Conselheiro Pena	5	4	4	4	14	0	0	6	0	0	0	0	2	0	39	0%
311000 Caeté	1	8	1	4	7	2	0	3	1	4	1	1	5	0	38	0%
316292 São Joaquim de Bicas	0	0	1	1	6	0	5	0	0	3	6	6	8	2	38	0%
310090 Águas Formosas	9	11	1	1	3	3	2	1	3	0	1	0	1	0	36	0%
315360 Prudente de Moraes	0	1	0	0	0	1	3	8	1	12	1	2	2	2	33	0%
316120 São Francisco de Paula	5	2	0	2	6	0	12	5	0	0	0	1	0	0	33	0%
312695 Frei Lagonegro	2	1	7	5	0	0	2	0	8	7	0	0	0	0	32	0%
311300 Caraí	0	0	4	4	5	4	0	4	9	1	0	0	0	0	31	0%
313865 Lontra	0	0	0	0	0	9	1	4	2	4	0	9	1	1	31	0%
314740 Paraopeba	2	0	0	0	9	11	0	0	0	4	0	2	3	0	31	0%
314390 Muriaé	0	0	0	0	0	0	0	0	24	6	0	0	0	0	30	0%
315490 Rio Casca	1	0	0	2	0	8	2	3	1	4	1	3	3	2	30	0%
310540 Barão de Cocais	0	0	1	9	2	2	5	1	0	3	2	0	4	0	29	0%
313230 Itaipé	0	0	0	0	0	10	14	3	2	0	0	0	0	0	29	0%
317130 Viçosa	0	0	2	0	0	2	8	17	0	0	0	0	0	0	29	0%
313250 Itamarandiba	1	2	1	6	2	7	0	0	0	0	3	2	4	0	28	0%
313580 Jequitinhonha	0	0	9	0	0	10	8	0	0	1	0	0	0	0	28	0%
315800 Santa Maria de Itabira	3	1	4	0	4	4	3	1	4	2	0	1	1	0	28	0%

316860 Teófilo Otoni	1	0	3	0	4	12	5	0	0	0	0	1	0	2	28	0%
311910 Corinto	4	5	0	0	6	6	1	1	0	1	0	2	1	0	27	0%
312060 Crucilândia	0	5	2	1	4	7	0	1	6	0	0	0	0	1	27	0%
313960 Mantena	9	2	0	1	0	2	2	2	0	0	1	2	6	0	27	0%
316870 Timóteo	4	3	13	1	0	0	3	2	0	0	1	0	0	0	27	0%
317057 Vargem Alegre	3	4	0	11	3	2	0	0	0	0	1	3	0	0	27	0%
311800 Congonhas	1	4	2	1	3	0	1	1	0	1	0	1	11	0	26	0%
311830 Conselheiro Lafaiete	3	6	1	0	2	1	2	2	4	3	1	1	0	0	26	0%
310230 Alvinópolis	0	2	1	11	1	2	1	0	0	2	2	2	1	0	25	0%
313270 Itambacuri	0	0	0	0	2	0	1	0	0	2	0	8	10	1	24	0%
313430 Itumirim	0	0	0	0	0	0	0	0	7	12	5	0	0	0	24	0%
312760 Gouveia	0	0	3	0	0	2	2	4	2	2	5	1	2	0	23	0%
313660 Nova União	7	7	0	0	2	3	0	1	3	0	0	0	0	0	23	0%
314090 Matipó	1	2	0	2	3	0	2	4	0	1	1	5	2	0	23	0%
314470 Nova Era	3	1	0	0	1	0	11	0	0	7	0	0	0	0	23	0%
310510 Bambuí	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	11	8	1	0	22	0%
310570 Barra Longa	0	1	2	2	1	0	0	1	2	0	12	0	1	0	22	0%
312800 Guanhães	2	0	3	2	0	1	2	3	0	3	1	3	1	1	22	0%
315400 Raul Soares	1	2	0	0	0	1	2	0	2	8	0	5	1	0	22	0%
315660 Rubim	0	0	0	4	1	1	3	2	10	0	0	1	0	0	22	0%
316010 Santo Antônio do Grama	0	0	1	3	1	4	3	1	6	2	0	0	0	1	22	0%
310990 Caetanópolis	0	0	2	0	0	0	1	5	1	1	2	3	6	0	21	0%
313520 Januária	0	0	1	0	9	2	3	0	0	0	2	0	3	1	21	0%
313950 Manhumirim	0	0	0	1	0	1	0	0	3	0	4	4	8	0	21	0%
315480 Rio Acima	2	0	0	1	7	1	2	1	1	0	1	1	4	0	21	0%
315560 Rio Pardo de Minas	0	0	0	0	0	0	0	8	7	2	0	4	0	0	21	0%
314400 Mutum	0	0	0	0	0	0	2	0	1	11	4	1	1	0	20	0%
314800 Patos de Minas	3	3	2	0	0	0	0	2	0	0	3	6	0	1	20	0%
315040 Piedade dos Gerais	0	1	0	0	0	3	1	8	0	2	4	1	0	0	20	0%
314015 Mário Campos	0	2	6	2	1	1	0	0	3	2	2	0	0	0	19	0%
316250 São João del Rei	0	2	2	2	0	3	1	4	2	1	2	0	0	0	19	0%
316530 São Vicente de Minas	0	0	0	0	0	8	11	0	0	0	0	0	0	0	19	0%
316935 Três Marias	0	0	4	5	5	2	0	0	0	3	0	0	0	0	19	0%
310020 Abaeté	1	1	1	0	0	1	2	6	1	1	1	0	3	0	18	0%

311230 Capelinha	6	0	0	0	0	0	8	0	0	2	0	0	2	0	18	0%
312220 Divinolândia de Minas	2	1	1	1	1	0	0	0	0	5	6	0	1	0	18	0%
313115 Ipaba	4	0	0	0	0	0	0	7	7	0	0	0	0	0	18	0%
313210 Itacarambi	3	2	0	2	7	0	0	0	0	4	0	0	0	0	18	0%
313350 Itapecerica	1	1	0	2	1	0	0	0	0	0	1	6	4	2	18	0%
313470 Jacinto	0	0	0	2	1	4	0	2	2	4	0	0	3	0	18	0%
313550 Jequeri	0	0	0	0	2	10	0	0	0	0	1	1	2	2	18	0%
314640 Paineiras	3	6	0	0	0	2	0	6	0	0	0	1	0	0	18	0%
314710 Pará de Minas	0	0	0	1	4	0	2	0	1	1	1	3	4	1	18	0%
314870 Pedra Azul	0	0	2	0	4	1	0	0	2	6	0	2	1	0	18	0%
316830 Taquaraçu de Minas	3	4	0	6	0	3	0	1	0	0	1	0	0	0	18	0%
316970 Turmalina	0	7	1	0	3	7	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0%
311340 Caratinga	3	2	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	6	2	17	0%
311370 Carlos Chagas	1	0	1	1	5	2	6	0	0	0	1	0	0	0	17	0%
312100 Datas	4	5	0	1	2	0	0	2	0	1	1	0	0	1	17	0%
315900 Santana do Riacho	3	0	3	2	0	1	1	1	0	0	1	3	2	0	17	0%
317080 Várzea da Palma	2	1	2	1	2	0	3	3	1	0	2	0	0	0	17	0%
317160 Virgem da Lapa	0	0	2	0	0	0	0	0	13	1	1	0	0	0	17	0%
310710 Boa Esperança	0	0	1	1	1	0	3	0	1	0	1	2	6	0	16	0%
311535 Catas Altas	2	0	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0	7	2	16	0%
314230 Moeda	3	0	1	3	4	0	2	0	0	0	0	0	2	1	16	0%
314240 Moema	0	0	0	3	0	2	2	3	1	0	0	1	4	0	16	0%
315120 Pirapora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	6	1	2	0	16	0%
315790 Santa Margarida	3	1	0	0	2	2	0	3	0	2	0	0	3	0	16	0%
316280 São João Evangelista	1	2	7	4	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	16	0%
310900 Brumadinho	0	0	1	1	0	0	2	0	2	1	1	1	5	1	15	0%
313180 Itabirinha	0	3	4	2	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0%
313220 Itaguara	4	1	3	0	1	1	0	0	3	0	0	1	1	0	15	0%
313390 Itaverava	12	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0%
310500 Baldim	0	1	2	0	1	2	0	2	1	3	2	0	0	0	14	0%
311120 Campo Belo	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	3	5	2	1	14	0%
313720 Lagoa da Prata	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	4	7	0	1	14	0%
313920 Malacacheta	3	0	2	3	3	2	0	0	0	1	0	0	0	0	14	0%
314180 Minas Novas	2	1	4	3	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	14	0%

[illegible]

313840 Leopoldina	0	0	0	0	0	0	0	0	7	2	0	1	0	0	10	0%
314520 Nova Serrana	0	2	1	3	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	10	0%
314590 Ouro Branco	0	8	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	10	0%
314990 Perdões	0	0	0	2	0	0	0	0	5	3	0	0	0	0	10	0%
315820 Santa Maria do Suaçuí	0	0	1	1	0	0	0	0	1	2	4	0	1	0	10	0%
316410 São Pedro do Suaçuí	0	0	1	1	3	1	0	0	1	0	2	0	1	0	10	0%
317115 Vermelho Novo	1	1	4	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2	0	10	0%
311400 Carmo da Mata	0	0	0	6	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0%
314150 Mendes Pimentel	0	0	5	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0%
314170 Mesquita	0	2	2	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0%
314530 Novo Cruzeiro	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	2	3	0	0	9	0%
314560 Oliveira	0	0	0	0	1	3	1	0	0	0	0	0	4	0	9	0%
316095 São Domingos das Dores	0	3	0	3	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	9	0%
310700 Biquinhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7	0	0	0	8	0%
310780 Bom Jesus do Galho	3	1	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0	8	0%
311420 Carmo do Cajuru	0	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8	0%
311700 Comercinho	0	0	0	1	0	1	0	4	0	0	0	1	1	0	8	0%
313510 Janaúba	1	0	0	1	0	0	0	0	0	5	0	0	1	0	8	0%
313600 Joaíma	0	0	0	1	3	2	0	1	0	0	0	1	0	0	8	0%
313880 Luz	2	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	8	0%
314995 Periquito	0	0	1	3	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0%
315140 Pitangui	1	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	1	0	8	0%
315150 Piumhi	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	1	2	1	8	0%
316450 São Sebastião do Maranhão	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	1	3	1	8	0%
316550 Sardoá	2	4	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	8	0%
316630 Sericita	0	0	0	1	4	1	0	0	0	1	0	0	1	0	8	0%
317070 Varginha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	8	0%
310420 Arcos	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	2	7	0%
310445 Aricanduva	1	1	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	7	0%
310940 Buritizeiro	0	0	0	0	0	0	0	4	2	1	0	0	0	0	7	0%
311560 Cedro do Abaeté	0	0	0	1	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	7	0%
311787 Confins	0	0	0	0	1	0	2	1	0	1	1	1	0	0	7	0%
311920 Coroaci	0	0	0	0	1	0	2	4	0	0	0	0	0	0	7	0%
312010 Couto de Magalhães de Minas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	7	0%

[illegible]

[illegible]

316050 Santo Antônio do Rio Aba	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0%
316650 Serra Azul de Minas	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	0%
316770 Sobrália	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0%
316940 Três Pontas	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	4	0%
317075 Varjão de Minas	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	0%
522140 Trindade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	0%
293135 Teixeira de Freitas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	0%
310180 Alpercata	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
310660 Bertópolis	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
310910 Bueno Brandão	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
311180 Canápolis	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3	0%
311200 Candeias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0%
311540 Catas Altas da Noruega	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	3	0%
311547 Catuti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0%
311650 Claro dos Poções	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	3	0%
311950 Coronel Murta	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
311995 Córrego Fundo	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	3	0%
312030 Cristália	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
312300 Dolores de Campos	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
312352 Durandé	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
312370 Engenheiro Caldas	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0%
312390 Entre Rios de Minas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0%
312510 Extrema	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
312675 Franciscópolis	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
312705 Fronteira dos Vales	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
313120 Ipanema	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0%
313320 Itanhomi	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0%
313330 Itaobim	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	3	0%
313655 José Raydan	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
314140 Medina	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
314340 Monte Sião	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0%
314580 Onça de Pitangui	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	3	0%
314690 Papagaios	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0%
314960 Pequi	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	3	0%

315000 Pescador	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	3	0%
315015 Piedade de Caratinga	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
315217 Ponto dos Volantes	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
315530 Rio Manso	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0%
315830 Santana da Vargem	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
315990 Santo Antônio do Amparo	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
316090 São Brás do Suaçuí	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
316160 São Geraldo da Piedade	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0%
420190 Aurora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0%
292770 Santa Cruz Cabralia	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0%
310080 Aguanil	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0%
310150 Além Paraíba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	0%
310160 Alfenas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0%
310200 Alterosa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0%
310370 Araponga	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	0%
311050 Camanducaia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0%
311600 Chale	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	0%
311615 Chapada Gaúcha	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	0%
312040 Cristiano Ottoni	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2	0%
312140 Desterro de Entre Rios	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0%
312170 Diogo de Vasconcelos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0%
312250 Dom Cavati	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0%
312330 Dolores do Turvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0%
312470 Estrela do Indaiá	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0%
312595 Fervedouro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0%
312600 Florestal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0%
312650 Francisco Badaró	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0%
312750 Gonzaga	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0%
312920 Heliadora	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0%
313020 Igaratinga	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0%
313110 Inimutaba	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0%
313400 Itinga	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0%
313630 João Pinheiro	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0%
313820 Lavras	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2	0%

[illegible]

[illegible]

[illegible]

353650 Paulínia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0%
355220 Sorocaba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0%
420210 Barra Velha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0%
420910 Joinville	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0%
421660 São José	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0%
TOTAL ANO	2.177	2.252	2.319	2.343	2.392	2.291	2.256	2.053	2.026	1.783	1.400	1.583	1.348		346	26.569	

DADOS EXTRAÍDOS DO MS/DATASUS/TABWIN

NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS DADOS ANTES DE 2007

NO ANO DE 2020 SOMENTE AS COMPETÊNCIAS JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO ESTÃO DISPONÍVEIS

O SISTEMA DE GESTÃO SIGH, UTILIZADO NA FHEMIG FOI IMPLANTADO EM 2007, PORTANTO, NÃO TEMOS DADOS POR CIDADE ANTERIORES A 2007.

Zimbra

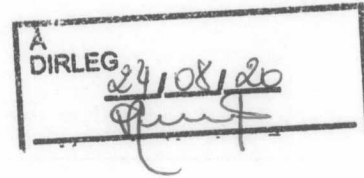
presidencia@cmbh.mg.gov.br

Fwd: Of. Dirleg nº 1.905/20 - Requerimento de Comissão nº 526/20**De :** Vereadora Nely <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>

Qui, 20 de ago de 2020 12:36

Assunto : Fwd: Of. Dirleg nº 1.905/20 - Requerimento de Comissão nº 526/20

5 anexos

Para : Presidência <presidencia@cmbh.mg.gov.br>PRESIDENCIA
CAMARA MUNICIPAL DE BH - 20-Ago-2020-12:44-000676-1/2**De:** "FHEMIG/Presidencia" <presidencia@fhemig.mg.gov.br>**Para:** "ver nely" <ver.nely@cmbh.mg.gov.br>**Enviadas:** Quinta-feira, 20 de agosto de 2020 11:36:21**Assunto:** Of. Dirleg nº 1.905/20 - Requerimento de Comissão nº 526/20

Senhora Vereadora,

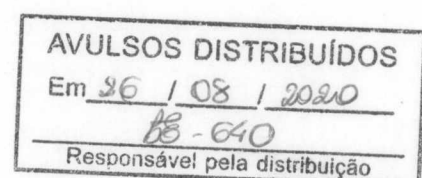
A pedido do Presidente da FHEMIG, encaminho documentos para conhecimento.

Atenciosamente,

Danielle Sarti

Assessora - Presidência FHEMIG

3915-9503

Oficio_17629817_doc00291620200730105136.pdf
728 KB **Memorando_18300535.html**
557 KB **Planilha_18357586_Custos_IRS__e_HGV__Info_Camara.xlsx**
10 KB **Planilha_18274042_INTERNACOES_HGV__IRS__2007_2020.xlsx**
110 KB **Oficio_18332993.html**
557 KB



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 2.132/20

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2020

Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Requerimento de Comissão nº 615/20, aprovado em 19/8/20 pela Comissão de Orçamento e Finanças Públicas desta Câmara, haja vista conter solicitação para que as comissões permanentes apresentem questões sobre projetos estratégicos e de execução orçamentária a serem detalhadas pelos gestores do Executivo em pedido de informações a respeito da execução físico-financeira do PPAG e da execução do Orçamento 2020 a ser posteriormente elaborado pela Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

Atenciosamente,

Vereador Pedrão do Depósito
Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

Excelentíssima Senhora
Vereadora Bella Gonçalves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor
/part